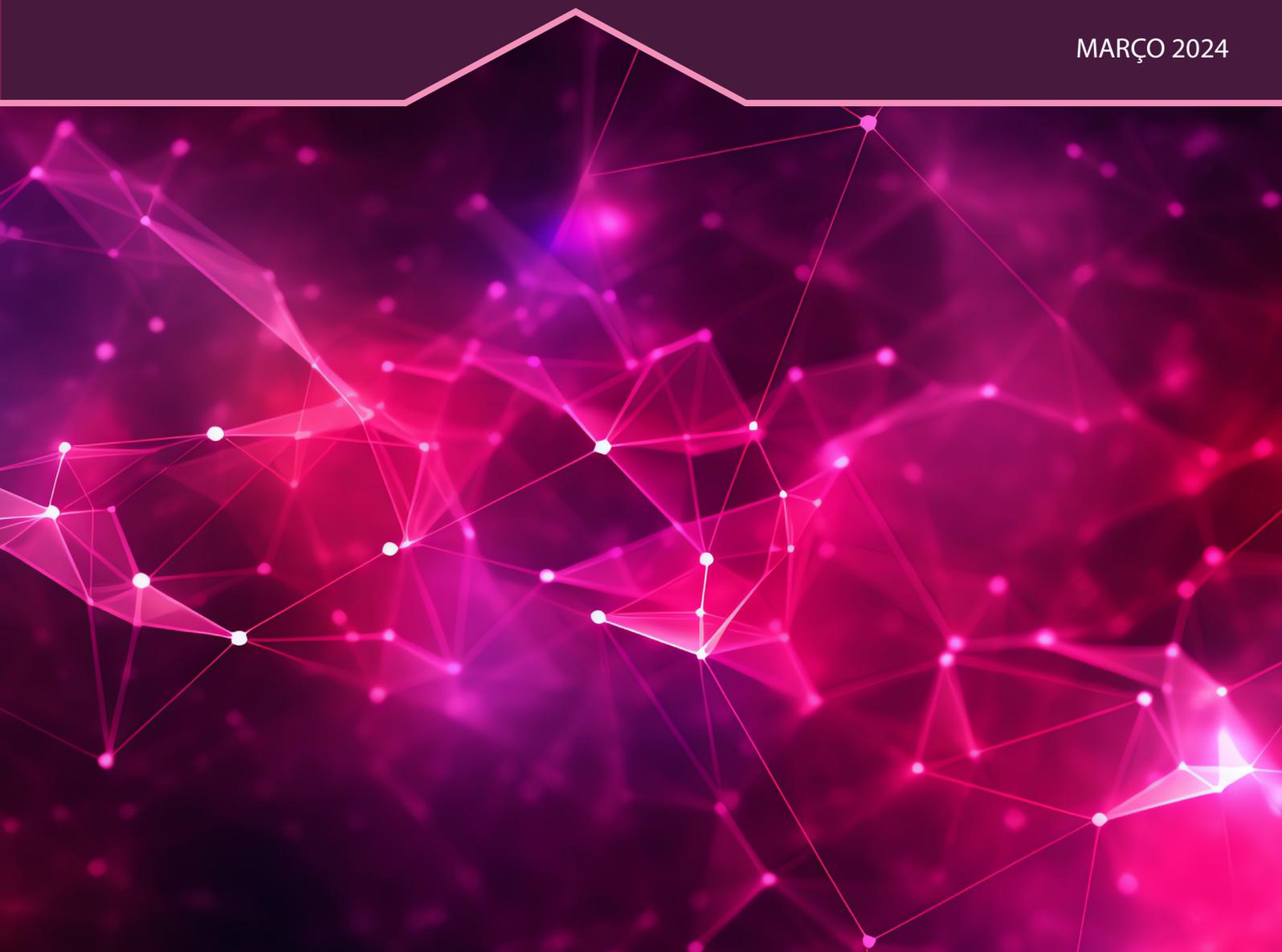


# Boletim Mensal de Estatística

MARÇO 2024



Título

Boletim Mensal de Estatística - março 2024

Editor

Instituto Nacional de Estatística, IP  
Av. António José de Almeida, 2  
1000 - 043 Lisboa  
Portugal

Presidente do Conselho Diretivo

Francisco Lima

Design e Composição

Instituto Nacional de Estatística, IP

Publicação periódica

Mensal

Multitemas

Edição digital

ISSN 0032-5082

ERRATA

Página 26: Texto corrigido em 07.05.2024



Apoio ao utilizador

**218 440 695**

Chamada para rede fixa nacional

O INE, IP na Internet

**www.ine.pt**

© INE, IP, Lisboa • Portugal, 2024

A informação estatística disponibilizada pelo INE pode ser usada de acordo com a Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0) da Creative Commons Attribution 4.0, devendo contudo ser claramente identificada a fonte da informação.



# Índice

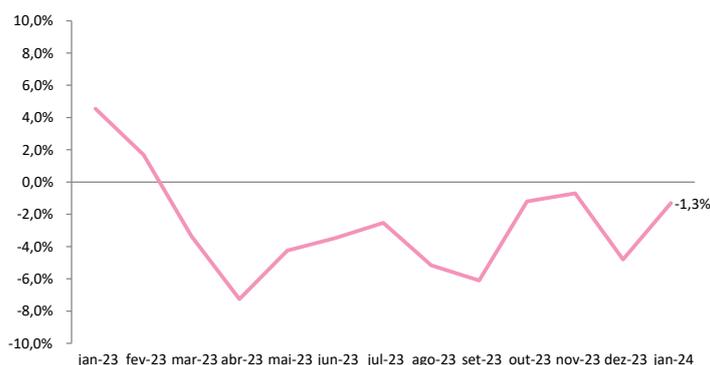
- 4 Índice de Produção Industrial – janeiro de 2024
- 6 Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas na Indústria – janeiro de 2024
- 8 Estatísticas do Emprego anuais – 2023
- 9 Rendimento e Condições de Vida 2023 – Transmissão Intergeracional
- 10 Rendimento e Condições de Vida 2023 – Privação Habitacional
- 12 Estatísticas do Comércio Internacional – janeiro de 2024
- 14 Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação – fevereiro de 2024
- 15 Taxas de Juro Implícitas no Crédito à Habitação – fevereiro de 2024
- 16 Índice de Preços na Habitação – 4.º trimestre de 2023
- 18 Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local – 4.º trimestre de 2023
- 20 Índice de Produção, Emprego e Remunerações na Construção – janeiro de 2024
- 21 Índice de Custos de Construção de Habitação Nova – janeiro de 2024
- 22 Construção: Obras Licenciadas e Concluídas – 4.º trimestre 2023
- 23 Índice de Preços no Consumidor – fevereiro de 2024
- 25 Índices de Preços na Produção Industrial – fevereiro de 2024
- 26 Estimativa Rápida do IPC/IHPC – março de 2024
- 27 Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas nos Serviços – janeiro de 2024
- 29 Estatísticas Vitais – Dados mensais, fevereiro de 2024
- 31 Inquérito à educação e formação de adultos - Resultados no contexto da União Europeia – 2022
- 33 Atividade Turística – janeiro de 2024
- 36 Atividade Turística, Estimativa Rápida – fevereiro de 2024
- 38 Atividades dos Transportes – 4.º Trimestre 2023
- 39 Estatísticas Rápidas do Transporte Aéreo – janeiro de 2024
- 41 Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas no Comércio a Retalho – janeiro de 2024
- 42 Síntese Económica de Conjuntura – fevereiro de 2024
- 44 Inquéritos de Conjuntura às Empresas e aos Consumidores – março de 2024
- 46 Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional – 4.º trimestre 2023
- 47 Principais Agregados das Administrações Públicas – 2023
- 49 Procedimento dos Défices Excessivos – 1.ª Notificação 2024

## Produção industrial com redução homóloga de 1,3% em janeiro

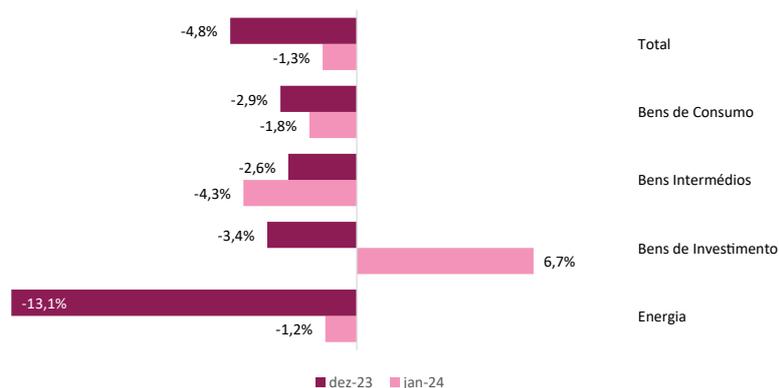
Em janeiro de 2024, face ao mesmo mês do ano passado e considerando os efeitos de calendário e a sazonalidade:

- O Índice de Produção Industrial (IPI) diminuiu 1,3% (-4,8% no mês anterior);
- A taxa de variação da secção “Indústrias Transformadoras” situou-se em -1,0% (-3,6% em dezembro); e
- No que respeita aos grandes agrupamentos industriais que integram o IPI:
  - » O de “Bens Intermédios” apresentou o contributo mais influente para a variação do índice total, que foi de -1,4 pontos percentuais (p.p.), originado por uma taxa de variação de -4,3% (-2,6% no mês anterior);
  - » Os de “Bens de Consumo” e de “Energia” contribuíram com -0,6 p.p. e -0,2 p.p., respetivamente, em resultado de reduções homólogas de 1,8% e de 1,2% (-2,9% e -13,1% em dezembro);
  - » O único contributo positivo (1,0 p.p.) partiu do agrupamento de “Bens de Investimento”, refletindo a forte aceleração da produção automóvel, que passou de uma taxa de variação de -3,4%, em dezembro, para 6,7%.

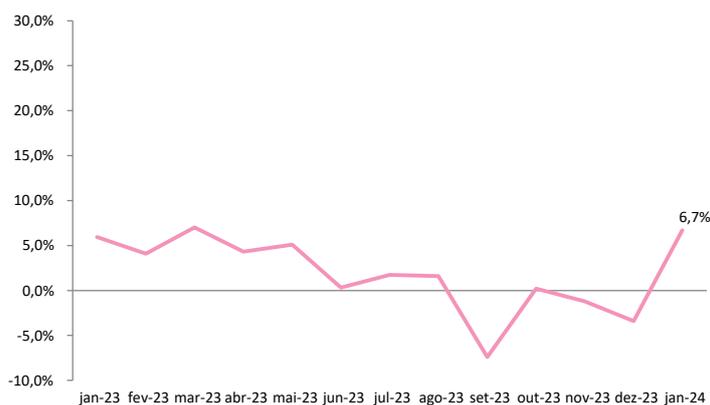
Índice de Produção Industrial  
(variação homóloga)  
Total



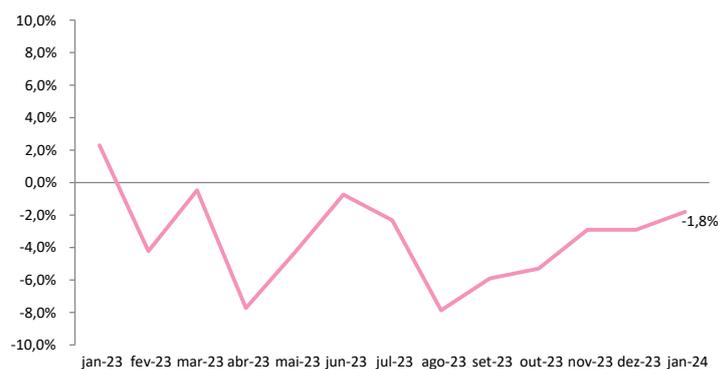
IPI - Total e Grandes Agrupamentos Industriais  
(variação homóloga)



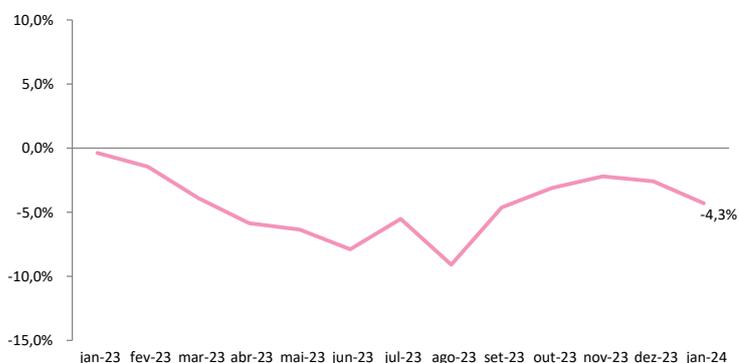
Índice de Produção Industrial (variação homóloga)  
Bens de Investimento



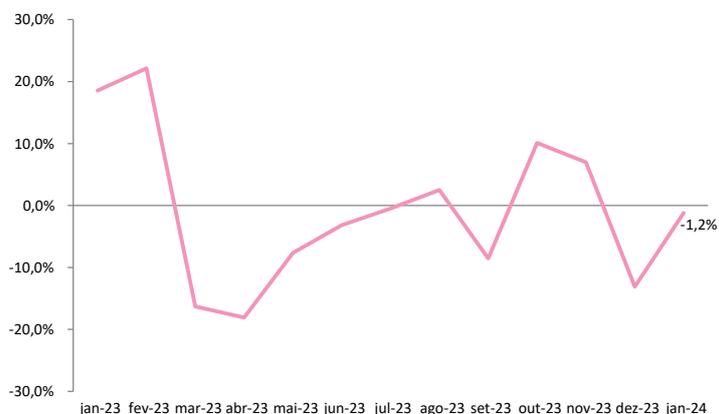
Índice de Produção Industrial (variação homóloga)  
Bens de Consumo



Índice de Produção Industrial (variação homóloga)  
Bens Intermedios



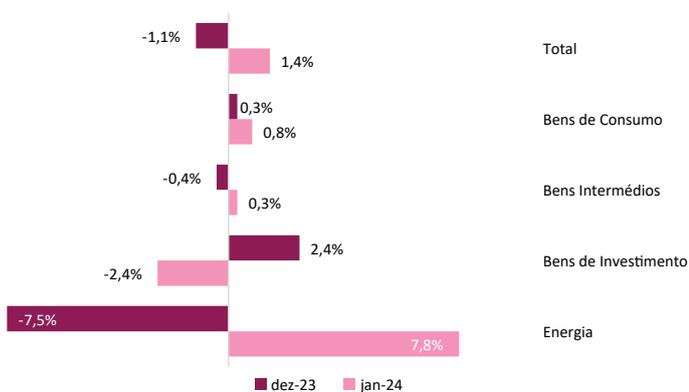
Índice de Produção Industrial (variação homóloga)  
Energia



No que respeita a variação mensal, em janeiro de 2024:

- O IPI cresceu 1,4% (-1,1% em dezembro); e
- Todos os grandes agrupamentos industriais apresentaram contributos positivos para a variação do índice total, exceto o de “Bens de Investimento” (-0,4 p.p.), em resultado de uma taxa de variação de -2,4% (2,4% no mês anterior).
- O agrupamento de “Energia” contribuiu com 1,4 p.p., em consequência de uma variação mensal de 7,8% (-7,5% em dezembro); e
- O agrupamento de “Bens de Consumo” registou uma taxa de crescimento de 0,8% (0,3% no mês anterior), que originou um contributo de 0,3 p.p.

IPI - Total e Grandes Agrupamentos Industriais  
(variação mensal)



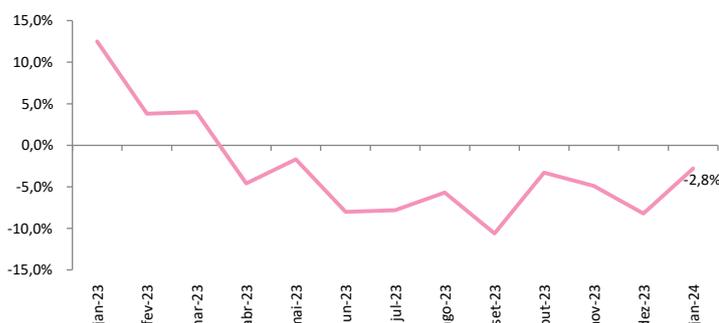
## Volume de Negócios na Indústria diminuiu 2,8% em janeiro

Em janeiro de 2024, face ao mesmo mês do ano anterior:

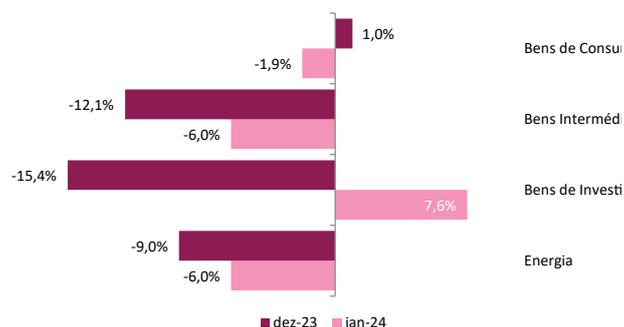
- O Índice de Volume de Negócios na Indústria (IVNEI) apresentou uma variação nominal de -2,8% (-8,2% em dezembro de 2023);
- Excluindo o agrupamento “Energia”, as vendas na Indústria decresceram 1,9% (-8,0% no mês anterior);
- O índice relativo ao mercado nacional diminuiu 2,7% (-3,4% em dezembro);
- O índice relativo ao mercado externo decresceu 3,0% (-15,5% no mês anterior);



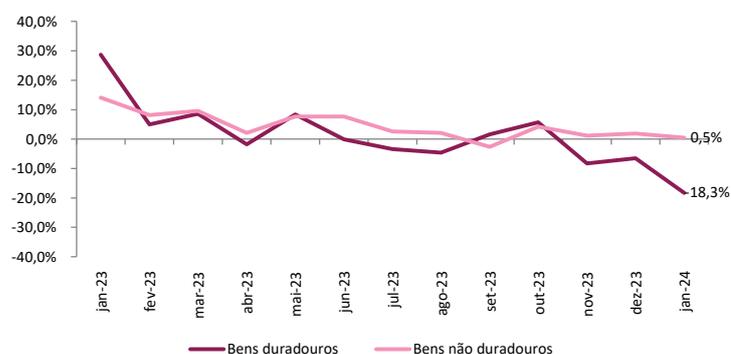
Volume de Negócios na Indústria  
(variação homóloga)  
Total



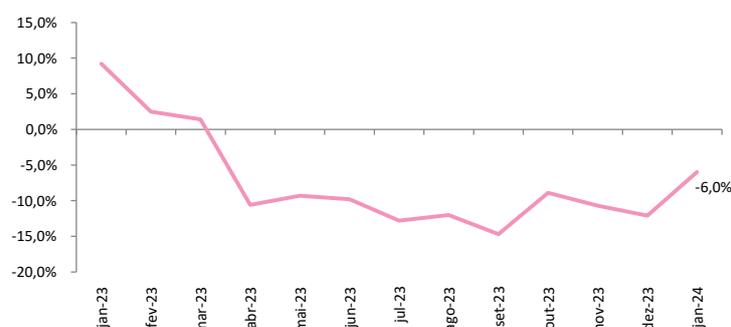
Volume de Negócios na Indústria - Grandes agrupamentos  
(variação homóloga)



Volume de Negócios na Indústria (variação homóloga)  
Bens de consumo



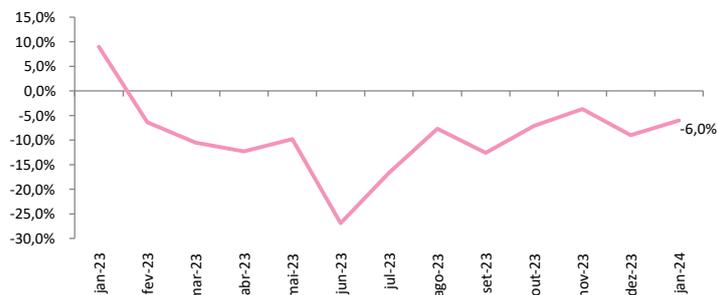
Volume de Negócios na Indústria (variação homóloga)  
Bens intermédios



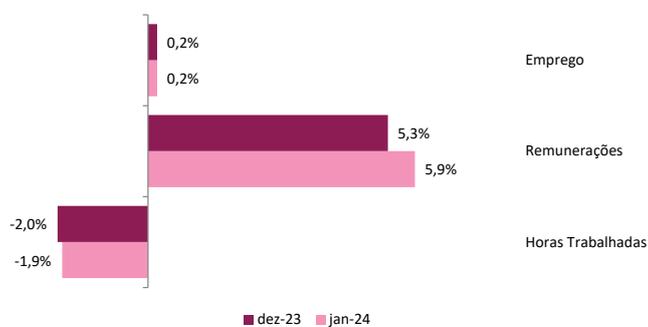
Volume de Negócios na Indústria (variação homóloga)  
Bens de investimento



Volume de Negócios na Indústria (variação homóloga)  
Energia



Índices de Emprego, de Remunerações e de Horas Trabalhadas (variação homóloga)



- O índice de emprego cresceu 0,2%;
- O índice de remunerações subiu 5,9%; e
- O índice de horas trabalhadas, ajustado de efeitos de calendário, diminuiu 1,9%.

Índice de Emprego na Indústria (variação homóloga)  
Total



Índice de Emprego na Indústria\* (variação homóloga)  
Horas trabalhadas ajustadas de efeitos de calendário



\* Valores ajustados de efeitos de calendário

Face ao mês anterior, o IVNEI registou um crescimento de 8,1% em janeiro de 2024, o que compara com +2,0% em janeiro de 2023.

## 12,6% dos trabalhadores por conta própria em dependência económica e 12,3% em dependência organizacional, em 2023

As estatísticas do emprego mostram que, em 2023, havia 698,9 mil trabalhadores por conta própria em Portugal, dos quais:

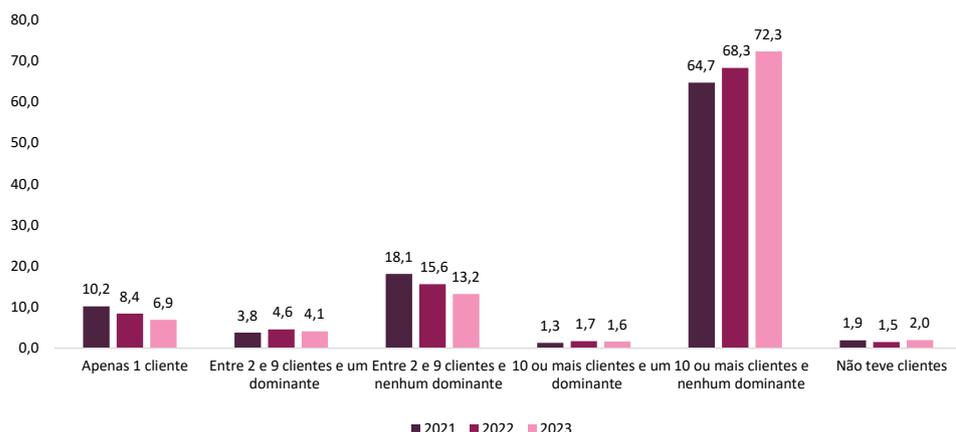
- 12,6% (87,9 mil) se encontravam numa situação de dependência económica, pois um só dos seus clientes representou 75% ou mais do rendimento da sua atividade (após deduzidos os impostos);

Esta proporção corresponde a -2,1 p.p. e -2,7 p.p. que o verificado em 2022 e 2021, respetivamente;

A referida situação de dependência económica foi mais frequente:

- » Em homens (14,0%) do que em mulheres (10,4%);
- » Nos jovens dos 16 aos 34 anos (20,6%);
- » Em indivíduos que completaram o ensino secundário ou pós-secundário (14,2%);
- » Nos trabalhadores no sector da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (44,3%); e
- » Na região Oeste e Vale do Tejo (20,3%);

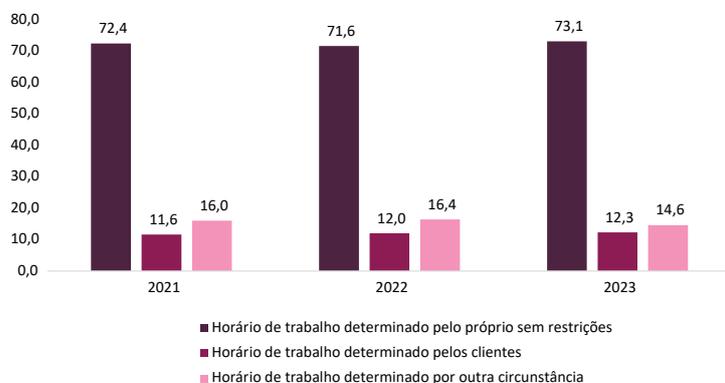
População empregada por conta própria segundo o número e importância dos clientes nos últimos 12 meses (%)



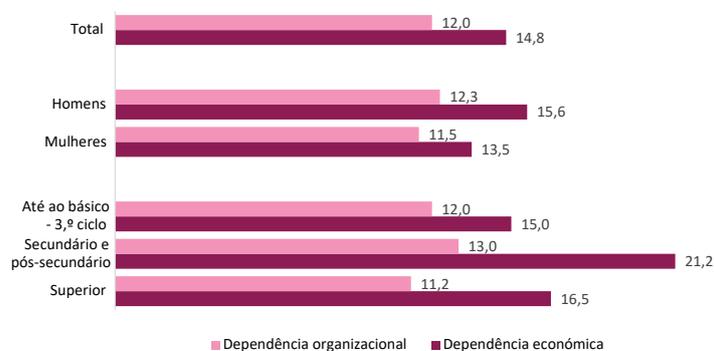
- 12,3% (85,9 mil) indicaram que o seu horário de trabalho é determinado pelos clientes, o que configura um indicador de dependência organizacional;

Neste caso, registaram-se aumentos de 0,3 p.p. e 0,7 p.p., respetivamente, por comparação com 2022 e 2021;

População empregada por conta própria segundo quem determina o horário de trabalho diário (%)



População empregada por conta própria segundo a dependência económica e organizacional e diversas variáveis de caracterização (%)



Conjugando os dois tipos de dependência, verificou-se que 1,9% (13,5 mil) dos trabalhadores por conta própria estiveram, simultaneamente, em dependência económica e organizacional. Este indicador diminuiu em relação ao observado em 2022 (-0,5 p.p.) e em 2021 (-0,7 p.p.).

## Quem, aos 14 anos de idade, vivia com progenitores que tinham curso superior tende a ter maior nível de escolaridade e menor risco de pobreza

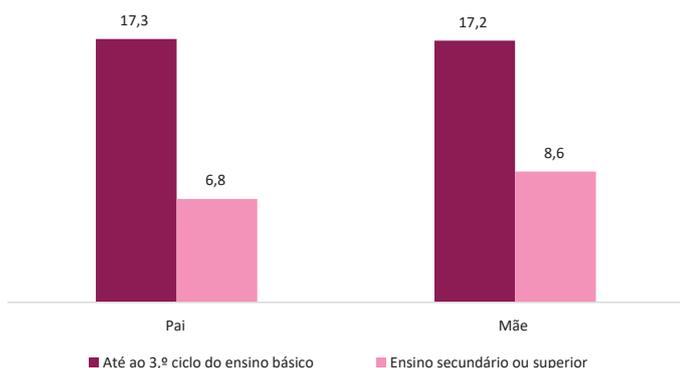
No início de 2023, em Portugal, 4,8 milhões de pessoas tinham idades dos 25 aos 59 anos<sup>1</sup>. Este valor correspondia a 45,8% da população do país.

Nesse ano, o INE realizou o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento. As perguntas aí colocadas incidiram sobre a situação em 2022. O INE evidenciou que as pessoas com aquelas idades tinham menor risco de pobreza<sup>2</sup> do que a população em geral: 14,9% e 17,0%, respetivamente.

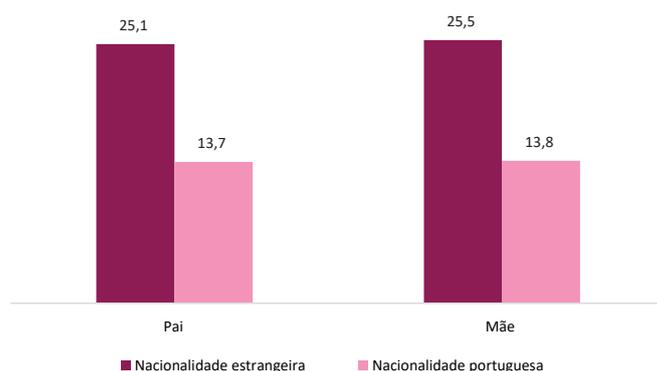
Este inquérito também permitiu demonstrar a relevância de uma variedade de situações verificadas quando as pessoas que responderam tinham 14 anos de idade, nomeadamente:

- Quanto maiores as habilitações dos progenitores com os quais então viviam, menor o risco de pobreza em 2022;
- Quando os progenitores com os quais viviam aos 14 anos de idade tinham nacionalidade portuguesa, o risco de pobreza veio a ser menor em 2022;

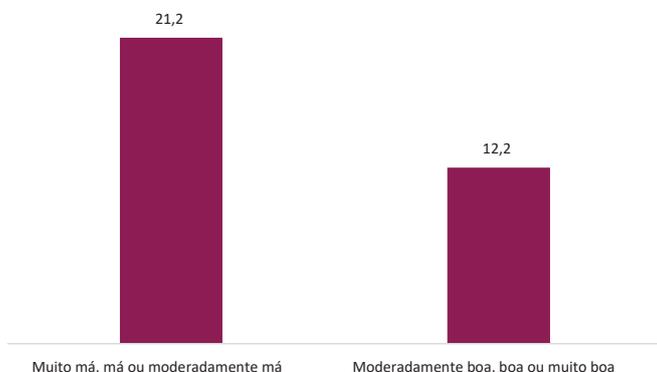
Taxa de risco de pobreza segundo o nível de escolaridade completo dos pais, aos 14 anos do indivíduo, Portugal, 2022 (%)



Taxa de risco de pobreza segundo a nacionalidade dos pais, aos 14 anos do indivíduo, Portugal, 2022 (%)



Taxa de risco de pobreza segundo a situação financeira do agregado familiar, aos 14 anos do indivíduo, Portugal, 2022 (%)



- A situação financeira do agregado de origem, avaliada qualitativamente pela própria pessoa, está relacionada com o seu risco de pobreza atual; e
- Na idade de referência, mais de 95% dos inquiridos tinham as necessidades educativas e alimentares básicas satisfeitas, mas apenas 46,8% podiam ter uma semana de férias, por ano, fora de casa.

<sup>1</sup> População nascida de 1963 a 1997.

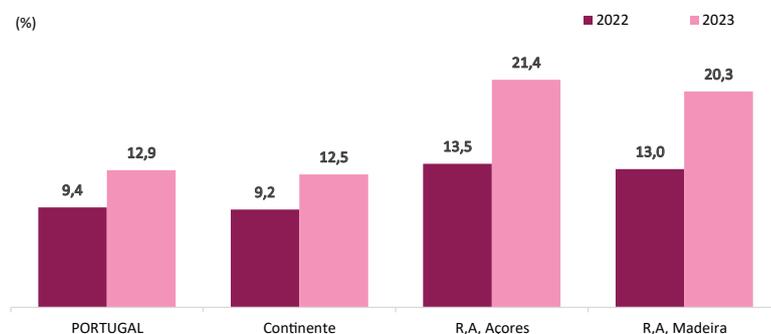
<sup>2</sup> Em 2022, a taxa de risco de pobreza correspondia à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos (por adulto equivalente) inferiores a 7 095 euros (591 euros por mês). Este indicador não mede a riqueza ou a pobreza, mas apenas a parte da população cujo rendimento é baixo, o que não implica necessariamente um baixo nível de vida.

## A privação habitacional severa aumentou em 2023

De acordo com os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), em 2023:

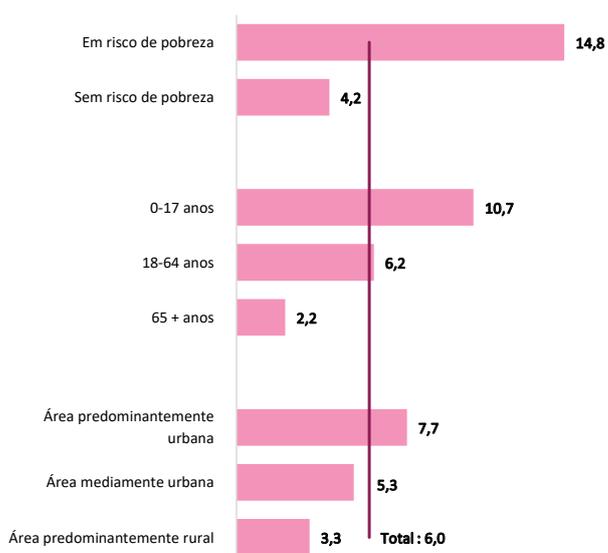
- A proporção de pessoas a viver em alojamentos em que o número de divisões habitáveis era insuficiente para o número e o perfil demográfico dos membros do agregado aumentou para 12,9% (+3,5 p.p. face ao ano anterior);

Taxa de sobrelotação da habitação, NUTS I, 2022-2023

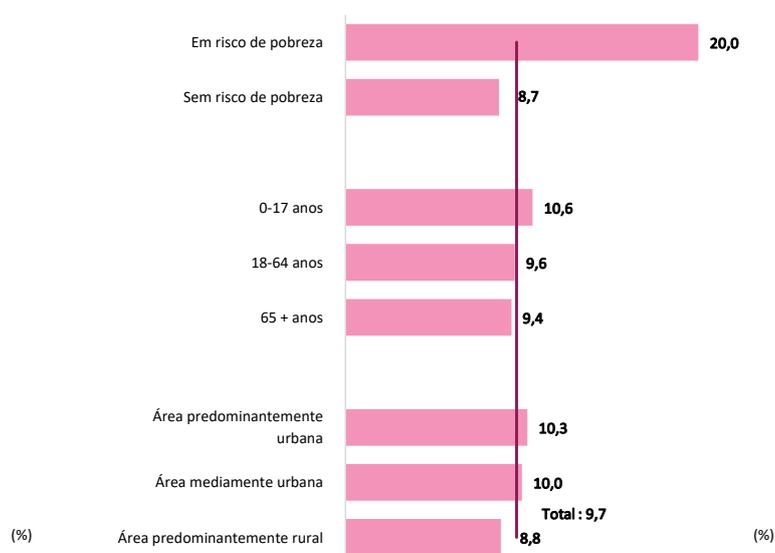


- A proporção dos residentes em condições severas de privação habitacional aumentou para 6,0% (+2,1 p.p. face a 2020);
- Registou-se uma ligeira melhoria no rácio entre as despesas em habitação e o rendimento disponível das famílias<sup>1</sup>, registando-se:
  - » Uma carga mediana das despesas em habitação de 9,7%, inferior ao resultado de 10,2% registado no ano anterior; e
  - » Uma taxa de sobrecarga das despesas em habitação de 4,9%, pouco abaixo do valor no ano anterior (5,0%);

Taxa de privação severa das condições de habitação por condição de pobreza, grupo etário e grau de urbanização, Portugal, 2023



Carga mediana das despesas em habitação por condição de pobreza, grupo etário e grau de urbanização, Portugal, 2023



<sup>1</sup> Após dedução das transferências sociais relativas à habitação.

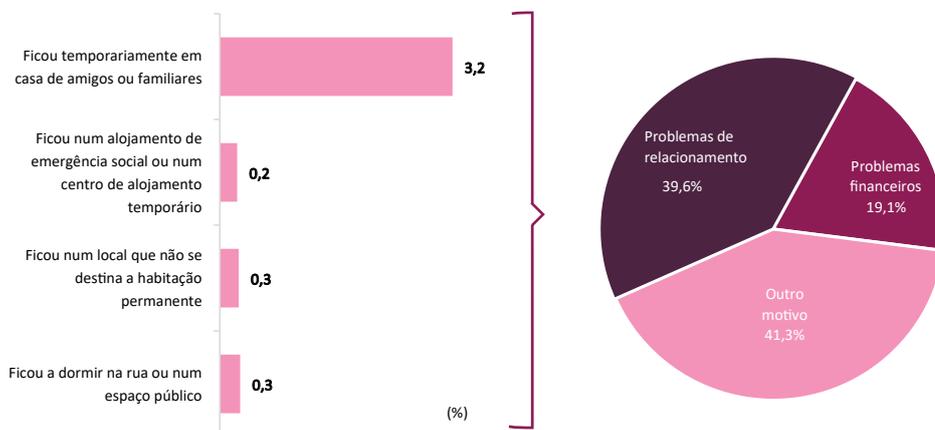
- Relativamente ao conforto térmico da habitação, os dados recolhidos indicam que 20,8% da população vivia em agregados em que não existia capacidade financeira para manter o alojamento confortavelmente quente, mais 3,3 p.p. do que em 2022;

Registe-se que, em 2022, Portugal era um dos cinco países da UE-27 em que esta incapacidade era mais elevada, com 17,5%, quase o dobro da média europeia, que era de 9,3%;

A situação em termos de conforto térmico é ainda mais acentuada se atendermos a que, à proporção dos que se encontravam em situação térmica precária por motivos financeiros, acrescem:

- » 21,6% que referem viver numa situação em que o alojamento não é suficientemente quente no inverno por outros motivos; e
  - » 38,3% que vivem em alojamentos que não são adequadamente frescos no verão;
- Quando questionados sobre anteriores situações em que tiveram de pernoitar temporariamente noutra alojamento (privado ou coletivo), na rua ou num espaço público, por não terem onde ficar, 4,0% dos inquiridos com 16 ou mais anos referiram já ter passado por pelo menos uma situação de dificuldade habitacional, dos quais 3,2% temporariamente, em casa de amigos ou familiares. As principais razões referidas foram:
    - » Problemas de relacionamento ou familiares: 39,6%; e
    - » Problemas financeiros: 19,1%.

Proporção da população com 16 ou mais anos que viveu em situação de dificuldade habitacional por tipo de motivo principal, Portugal, 2023



## Exportações aumentaram 0,4% e importações diminuíram 4,5% em termos nominais, em janeiro

Em janeiro de 2024, face ao mesmo mês do ano anterior e em termos nominais:

- As exportações de bens aumentaram 0,4% (variação nula no mês anterior); e
- As importações de bens decresceram 4,5% (-5,5% no mês anterior).

Taxa de variação nominal das exportações e das importações



Numa análise por grandes categorias económicas de bens, destacam-se:

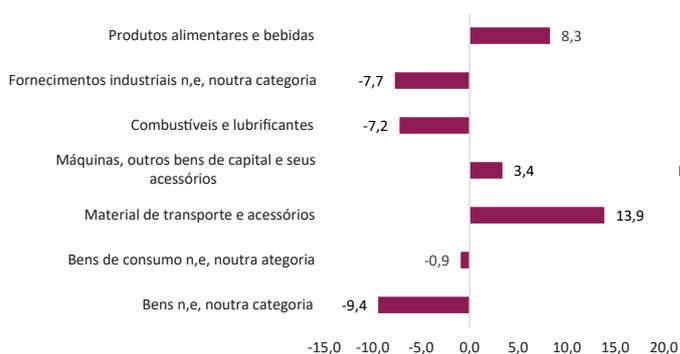
- O acréscimo nas exportações de “Material de transporte” (+13,9%); e
- O decréscimo nas importações de “Combustíveis e lubrificantes” (-29,8%), nas quais se verificaram reduções em volume (-19,0%) e em preço (-13,4%).

Excluindo os “Combustíveis e lubrificantes”:

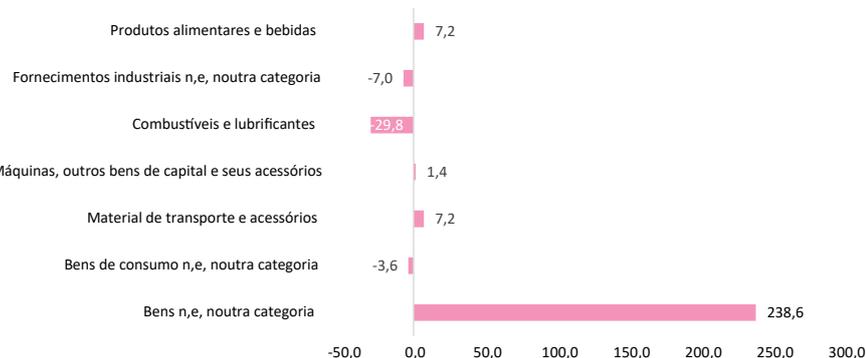
- As exportações aumentaram 1,0% (+0,4% no mês anterior); e
- A importações decresceram 0,6% (-4,0% no mês anterior).



### Exportações por Grandes Categorias Económicas de Bens, janeiro de 2024 (variação homóloga, %)



### Importações por Grandes Categorias Económicas de Bens, janeiro de 2024 (variação homóloga, %)



No que respeita aos índices de valor unitário (preços), registaram-se as seguintes variações homólogas:

- -3,5% nas exportações (-3,0% no mês anterior; +7,8% em janeiro de 2023); e
- -6,5% nas importações (-7,4% no mês anterior; +6,9% em janeiro de 2023).

Excluindo os produtos petrolíferos, os preços registaram decréscimos de:

- 2,8% nas exportações (-2,1% no mês anterior; +7,8% em janeiro de 2023); e
- 4,7% nas importações (-4,7% no mês anterior; +5,9% em janeiro de 2023).

Ainda em janeiro de 2024, mas em termos de evolução mensal:

- As exportações aumentaram 10,3% (-17,4% em dezembro de 2023); e
- As importações decresceram 1,5% (-8,5% em dezembro de 2023).

O défice da balança comercial de bens, em janeiro de 2024:

- Atingiu 1 662 milhões de euros, o que representa reduções de 399 milhões de euros em termos homólogos e de 717 milhões de euros relativamente ao mês anterior;
- Excluindo "Combustíveis e lubrificantes" (que representaram 20,1% do défice), totalizou 1 328 milhões de euros, o que corresponde a decréscimos de 100 milhões de euros face a janeiro de 2023 e de 576 milhões de euros comparando com o mês anterior.

No trimestre terminado em janeiro de 2024, em termos homólogos:

- As exportações diminuíram 0,7% (-2,1% no 4.º trimestre de 2023); e
- As importações baixaram 6,1% (-5,3% no 4.º trimestre de 2023).

Mais informação:

Estadísticas do Comércio Internacional – janeiro de 2024

## Avaliação bancária da habitação aumentou 10 euros, para 1 560 euros por metro quadrado

Em fevereiro de 2024, o valor mediano de avaliação bancária, realizada no âmbito de pedidos de crédito para a aquisição de habitação, foi 1 560 euros por m<sup>2</sup>, mais 10 euros (+0,6%) que no mês precedente.

Ainda face ao mês anterior:

- A Região Autónoma dos Açores apresentou o aumento mais expressivo: 2,6%; e
- As restantes regiões NUTS II registaram variações positivas, com exceção da Região Autónoma da Madeira, que apresentou uma variação nula.

Em comparação com o mesmo mês do ano anterior:

- O valor mediano das avaliações cresceu 5,5% (4,4% em janeiro); e
- A variação mais intensa registou-se na Região Autónoma da Madeira (19,1%), não se tendo verificado qualquer descida.

O número de avaliações bancárias consideradas situou-se em 28 315, o que corresponde a um aumento de 39,4% relativamente a fevereiro de 2023 e a um decréscimo de 2,0% face ao mês anterior.

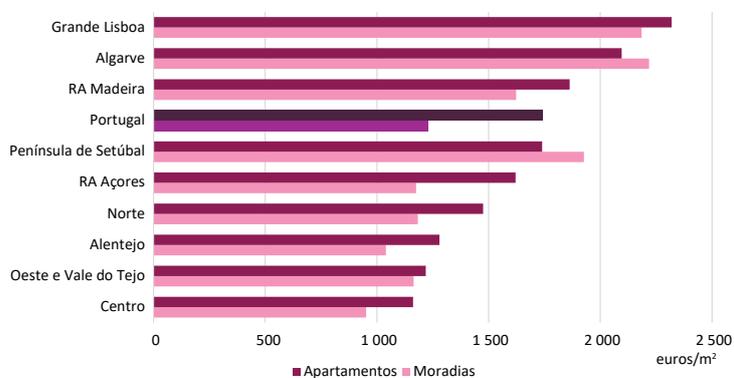
Das avaliações consideradas:

- Cerca de 18,0 mil foram relativas a apartamentos; e
- Cerca de 10,3 mil incidiram em moradias.

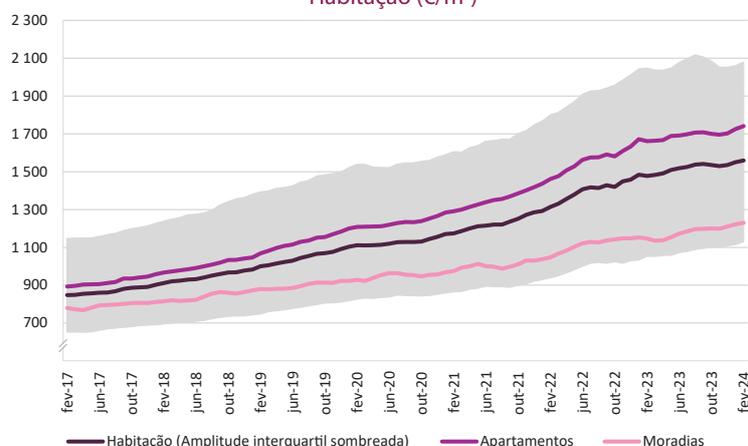
Em termos homólogos, a análise por tipo de habitação revela que, em fevereiro de 2024, o valor mediano de avaliação bancária:

- Aumentou 4,8% nos apartamentos, fixando-se em 1 741 euros/m<sup>2</sup>; e
- Subiu 7,2 % nas moradias, para 1 230 euros/m<sup>2</sup>.

Valor Mediano de Avaliação Bancária – fevereiro de 2024  
Apartamentos e Moradias\*



Valor Mediano de Avaliação Bancária de Habitação (€/m<sup>2</sup>)



Em fevereiro de 2024, face ao mês anterior, o valor mediano de avaliação bancária:

- Nos apartamentos:
  - » T2 subiu 6 euros, para 1 776 euros/m<sup>2</sup>; e
  - » T3 aumentou 22 euros, para 1 548 euros/m<sup>2</sup>;

Estas duas tipologias representaram, no conjunto, 79,9% das avaliações de apartamentos realizadas;

- Nas moradias:
  - » T2 subiu 15 euros, para 1 208 euros/m<sup>2</sup>;
  - » T3 aumentou 9 euros, para 1 221 euros/m<sup>2</sup>; e
  - » T4 subiu 11 euros, para 1 264 euros/m<sup>2</sup>;

O conjunto destas três tipologias representou 89,5% das avaliações de moradias.

## Taxa de juro diminuiu pela primeira vez desde março de 2022, para 4,641%

Em fevereiro de 2024:

- A taxa de juro implícita no conjunto dos contratos de crédito à habitação diminuiu para 4,641%, valor inferior em 1,6 pontos base<sup>1</sup> (p.b.) ao do mês anterior, sendo a primeira descida registada desde março de 2022;

Nos contratos celebrados nos últimos três meses, a taxa de juro diminuiu pelo quarto mês consecutivo, fixando-se em 4,197% (-11,8 p.b. que no mês anterior);

- Para o destino de financiamento “Aquisição de habitação” (o mais relevante no conjunto do crédito à habitação), a taxa de juro implícita desceu para 4,606% (-1,7 p.b. que em janeiro de 2024), o que constitui o primeiro decréscimo desde março de 2022;

Nos contratos desta natureza celebrados nos últimos 3 meses, a taxa registou a quarta redução consecutiva (-11,5 p.b. face ao mês precedente), fixando-se em 4,182%.

- Considerando a totalidade dos contratos, o valor médio da prestação mensal registou a primeira redução desde fevereiro de 2021, fixando-se em 403 euros, o que representa menos 1 euro face ao mês anterior, mas mais 81 euros (+25,2%) relativamente a fevereiro de 2023. Do valor da prestação, 248 euros (62%) correspondem a pagamento de juros e 155 euros (38%) a capital amortizado;

Registe-se que, em fevereiro de 2023, a componente de juros representava 41% do valor médio da prestação mensal (322 euros);

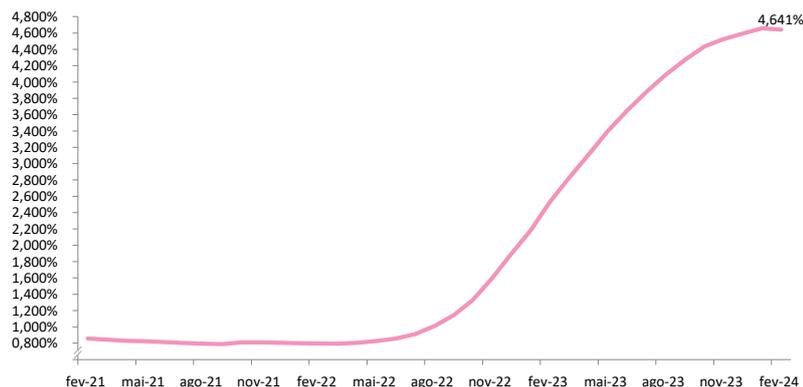
Nos contratos celebrados nos últimos 3 meses, o valor médio da prestação desceu 11 euros face ao mês anterior, para 628 euros (um aumento de 10,4% face a fevereiro de 2023); e

- O capital médio em dívida para a totalidade dos contratos registou um acréscimo de 368 euros face a janeiro, fixando-se em 65 158 euros;

Para os contratos celebrados nos últimos 3 meses, o montante médio em dívida foi 124 216 euros, menos 994 euros que no mês anterior.

<sup>1</sup> Um ponto base é o equivalente a 0,01 pontos percentuais.

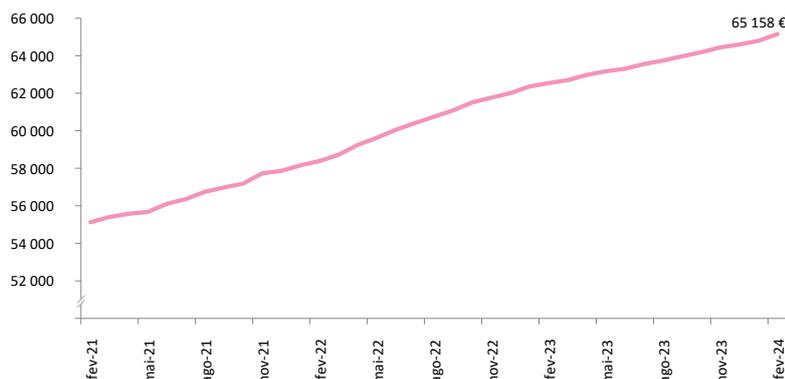
Taxa de juro implícita nos contratos de crédito à habitação



Prestação Média Vencida no Crédito à Habitação e Respetivas Componentes



Capital médio em dívida



Mais informação:

Taxas de Juro Implícitas no Crédito à Habitação – fevereiro de 2024

## Preços da habitação aumentaram 8,2% e número de transações diminuiu 18,7% em 2023

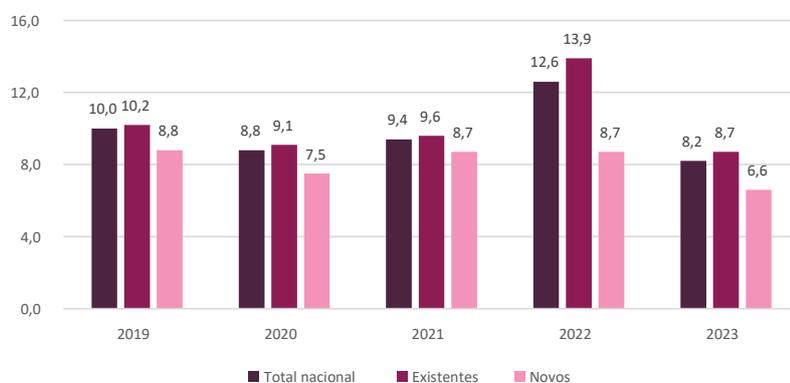
Em 2023:

- O Índice de Preços da Habitação (IPHab) aumentou 8,2%, menos 4,4 p.p. que no ano anterior;
- A subida dos preços foi mais elevada nas habitações existentes (8,7%) do que nas habitações novas (6,6%);
- O número de habitações transacionadas (136 499) diminuiu 18,7% face a 2022 e foi o mais baixo desde 2017; A redução das transações nas habitações existentes (-21,4%) foi superior à verificada nas habitações novas (-6,1%);
- O valor total dos alojamentos transacionados (28 mil milhões de euros) diminuiu 11,9% relativamente a 2022, em resultado de:
  - » Um decréscimo de 16,5% no valor total (20,1 mil milhões de euros) das transações de habitações existentes; e
  - » Um aumento de 2,6% no valor total (7,9 mil milhões de euros) das transações de habitações novas;
- O sector institucional das Famílias adquiriu 116 752 habitações, por um total de 23,5 mil milhões de euros, o que representa uma redução anual de 19,8% em número e 13,8%, em valor; e
- Foram adquiridas 10 391 habitações por compradores com domicílio fiscal fora do território nacional, por um total de 3,6 mil milhões de euros, o que corresponde a reduções de 3,1% em número e 1,4% em valor.

No 4.º trimestre de 2023, em termos homólogos:

- O IPHab aumentou 7,8%, mais 0,2 p.p. que no trimestre anterior;
- A subida dos preços foi mais elevada nas habitações existentes (8,1%) do que nas habitações novas (6,9%);
- O número de habitações transacionadas (34 126) diminuiu 11,4% (variação de -18,9% no trimestre anterior); e
- O valor total das habitações transacionadas (7,2 mil milhões de euros) diminuiu 2,6%, o que resultou de:
  - » Uma redução de 6,9% no valor total das transações de habitações existentes; e
  - » Um acréscimo de 11,2% no valor total das transações de habitações novas;
- No que respeita às habitações adquiridas pelas Famílias:
  - » O seu número foi de 29 105 (85,3% do total de aquisições), o que evidencia uma redução de 11,4% face a idêntico período de 2022; e
  - » O seu valor totalizou 6,0 mil milhões de euros, o que corresponde a uma taxa de variação homóloga de -3,2%; e
- As habitações adquiridas por compradores sem domicílio fiscal no território nacional (2 623 unidades) representaram 7,7% do número total de aquisições; As aquisições por compradores com domicílio fiscal noutro país da União Europeia fixaram-se em 1 233 unidades, menos 7,7% face a idêntico período de 2022; Também em termos homólogos, as transações para compradores com domicílio fiscal fora da União Europeia (categoria "Restantes Países") aumentaram 8,6%, para 1 390 habitações.

Taxa de variação média anual, 2019-2023



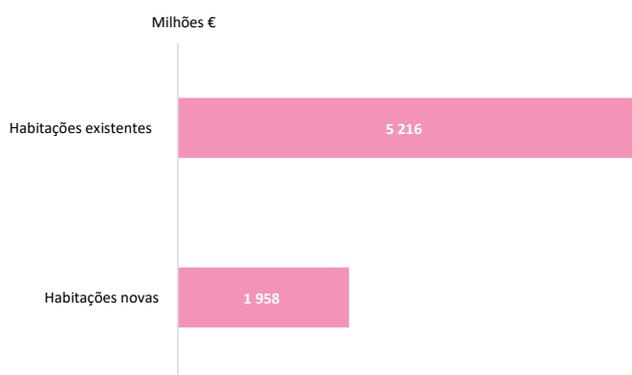
Taxa de variação média anual, 2019-2023



Também no 4.º trimestre de 2023, mas relativamente ao trimestre anterior:

- O IPHab aumentou 1,3% (1,8% no 3.º trimestre de 2023); e
- O aumento dos preços nas habitações novas foi mais intenso do que nas habitações existentes: 1,5% e 1,3%, respetivamente.

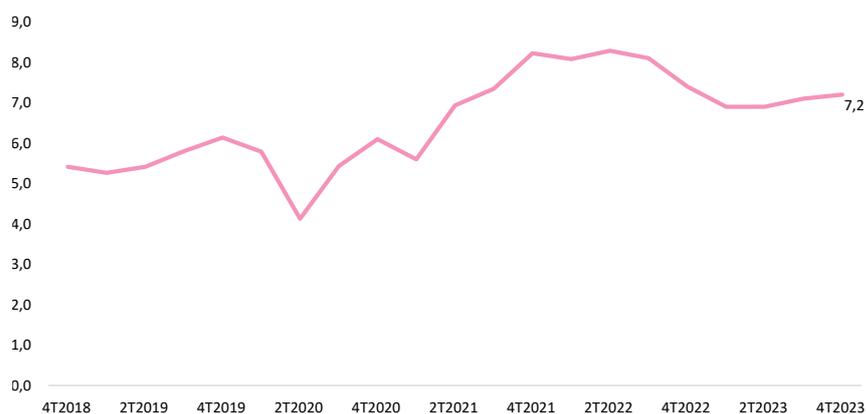
Transações de habitações (valor)  
4.º trimestre de 2023



Transações de habitações (N.º)  
4.º trimestre de 2023



Valor das transações de alojamentos  
Total (mil milhões de euros)



Mais informação:  
[Índice de Preços na Habitação – 4.º trimestre de 2023](#)

## Renda mediana dos novos contratos de arrendamento aumentou 11,6% e número de novos contratos cresceu em relação ao período homólogo

Em 2023:

- A renda mediana dos novos contratos de arrendamento em Portugal foi 7,21 €/m<sup>2</sup>;
- Registaram valores superiores ao nacional as sub-regiões:
  - » Grande Lisboa (11,93 €/m<sup>2</sup>);
  - » Península de Setúbal (8,92 €/m<sup>2</sup>);
  - » Algarve (8,33 €/m<sup>2</sup>);
  - » Região Autónoma da Madeira (também 8,33 €/m<sup>2</sup>); e
  - » Área Metropolitana do Porto (7,98 €/m<sup>2</sup>).

No 4.º trimestre de 2023, o número de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal (23 637) superou em 4,5% o registado no trimestre homólogo de 2022.

Seis das 26 sub-regiões NUTS III existentes registaram decréscimos homólogos no número de novos contratos de arrendamento:

- Douro (-13,3%);
- Região Autónoma da Madeira (-6,5%);
- Região Autónoma da Madeira dos Açores (-2,3%);
- Beiras e Serra da Estrela (-1,1%);
- Região de Coimbra (-0,4%); e
- Península de Setúbal (-0,3%).

Ainda relativamente ao número de novos contratos de arrendamento no trimestre de referência:

- Destacaram-se, com crescimentos acima de 15%, o Oeste (22,8%) e o Baixo Alentejo (15,8%);
- A Grande Lisboa e a Área Metropolitana do Porto concentraram 41,7% do total.

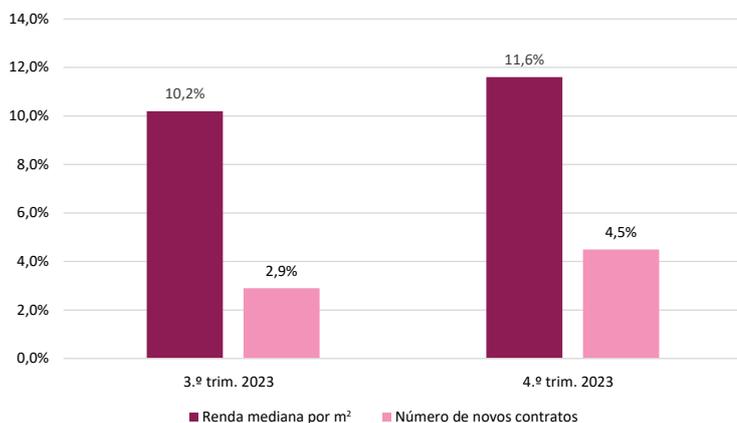
No que respeita à renda mediana dos novos contratos:

- Esta atingiu, a nível nacional, 7,71 €/m<sup>2</sup>, o que corresponde a:
  - » Um aumento homólogo de +11,6% (10,2% no trimestre anterior), que representa a variação mais elevada desde o 1.º trimestre de 2020; e
  - » Um acréscimo de 6,6% relativamente ao trimestre anterior;
- As rendas mais elevadas registaram-se nas sub-regiões NUTS III:
  - » Grande Lisboa (12,54 €/m<sup>2</sup>);
  - » Península de Setúbal (9,65 €/m<sup>2</sup>);
  - » Região Autónoma da Madeira (9,30 €/m<sup>2</sup>);
  - » Algarve (9,09 €/m<sup>2</sup>); e
  - » Área Metropolitana do Porto (8,64 €/m<sup>2</sup>).



- A nível de NUTS III, em termos homólogos:
  - » A renda mediana aumentou em todas estas sub-regiões, com exceção da Região Autónoma dos Açores (-3,2%);
  - » As variações mais expressivas (superiores a 20%) registaram-se na Região Autónoma da Madeira (23,3%) e nas Terras de Trás-os-Montes (23,0%);

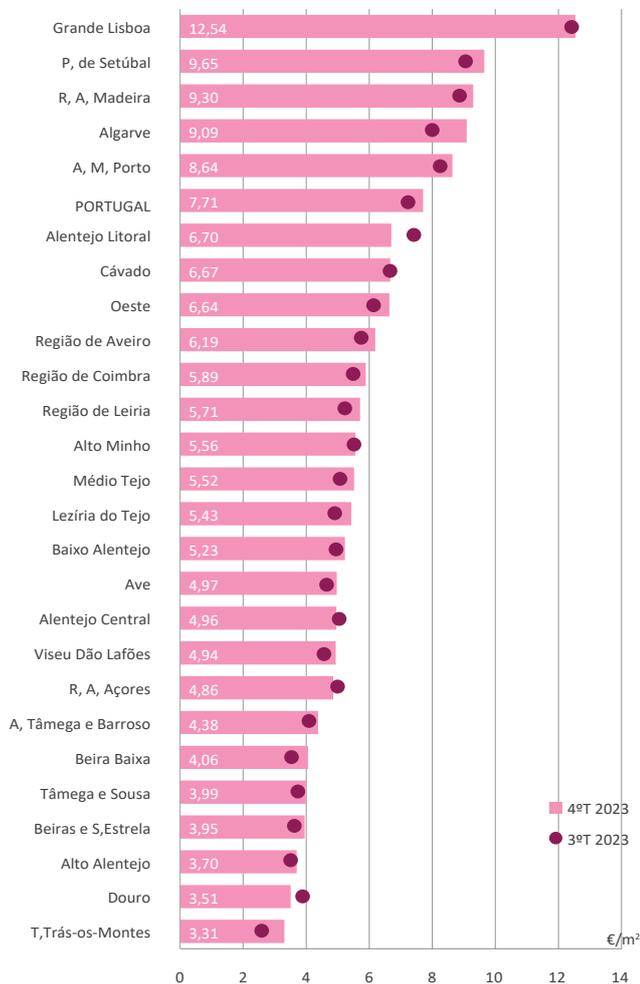
### Renda mediana por m<sup>2</sup> e número de novos contratos de arrendamento, Portugal (Variação homóloga)



- Também a nível de NUTS III, mas face ao mês anterior:

- » A renda mediana subiu em 22 das 26 sub-regiões, sendo o aumento mais elevado nas Terras de Trás-os-Montes (27,8%);
- » Os decréscimos ocorreram nas sub-regiões: Douro (-9,8%), Alentejo Litoral (-9,7%), Região Autónoma dos Açores (-2,8%) e Alentejo Central (-1,8%).

### Renda mediana por m<sup>2</sup> de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal e NUTS III, 3.º e 4.º trimestres de 2023



As cinco sub-regiões com valores medianos de rendas superiores ao nacional também registaram variações homólogas acima da observada para o conjunto do país.

Ainda no 4.º trimestre de 2023, mas no âmbito municipal:

- Dez dos 24 municípios com mais de 100 mil habitantes apresentaram taxas de variação homóloga do número de novos contratos superiores à nacional (4,5%), destacando-se, com valores superiores a 15%, Barcelos (26,0%) e Gondomar (15,4%);
- O número de novos contratos diminuiu em seis municípios, evidenciando-se a Maia (-13,1%) e o Funchal (-10,3%);
- Todos os municípios com mais de 100 mil habitantes da Grande Lisboa e da Península de Setúbal registaram rendas medianas superiores à nacional, mas com taxas de variação homóloga diferenciadas.

Mais informação:  
 Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local – 4.º trimestre de 2023

## Produção na Construção cresceu de 4,8% em janeiro

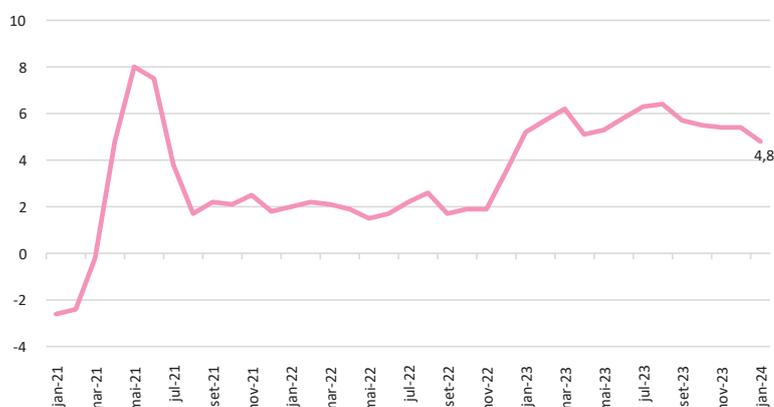
Em janeiro de 2024, o Índice de Produção na Construção<sup>1</sup> aumentou 4,8% em termos homólogos, menos 0,6 p.p. que a taxa registada no mês anterior. Esta variação traduz os seguintes comportamentos nos segmentos que integram o sector:

- “Construção de Edifícios”: +3,7% (+4,3% em dezembro); e
- “Engenharia Civil”: +6,5% (+7,0% em dezembro).

Verificaram-se ainda, no sector da Construção, os seguintes crescimentos homólogos:

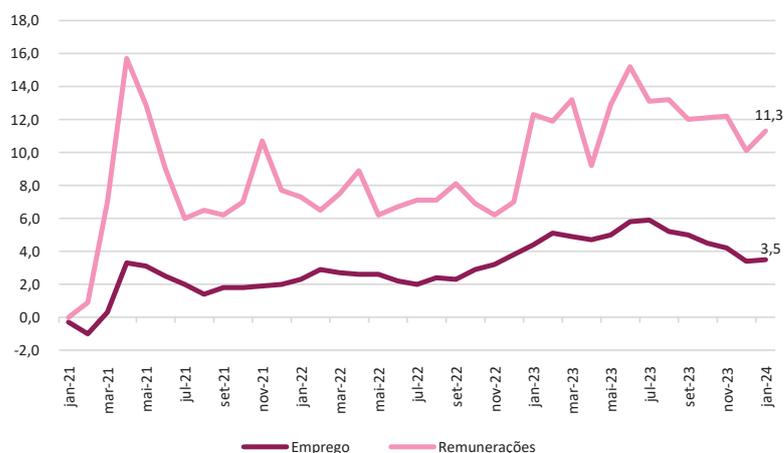
- Índice de Emprego: 3,5% (3,4% no mês anterior); e
- Índice de Remunerações: 11,3% (10,1% no mês anterior).

Índice de Produção na Construção  
(variação homóloga\*, %)



<sup>1</sup> Média móvel de 3 meses ajustada de efeitos de calendário e sazonalidade.

Índices de Emprego e de Remunerações  
(variação homóloga, %)



No que respeita a variações em cadeia, em janeiro de 2024 foram apuradas as seguintes taxas no sector da Construção:

- Índice de Produção total: 0,8% (1,3% em janeiro de 2023);
- Índice de Produção – “Construção de Edifícios”: 0,6% (1,2% em janeiro de 2023);
- Índice de Produção – “Engenharia Civil”: 1,0% (1,5% em janeiro de 2023);
- Índice de Emprego: 1,3% (1,2% em janeiro de 2023); e
- Índice de Remunerações: -15,6% (-16,4% em janeiro de 2023).

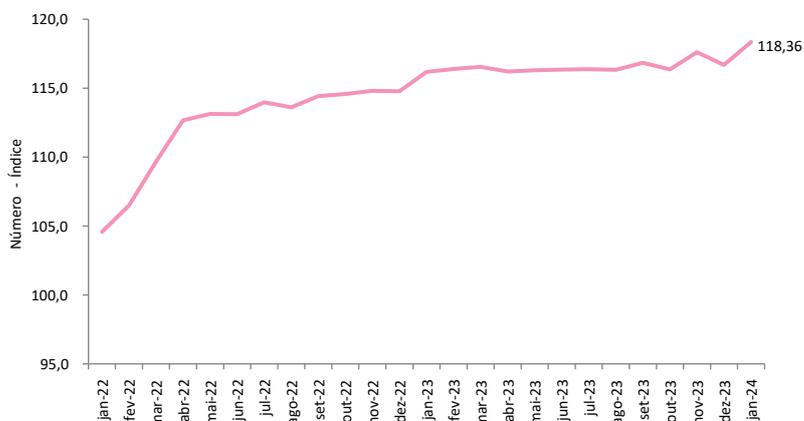
<sup>1</sup> Média móvel de 3 meses ajustada de efeitos de calendário e sazonalidade. Salvo indicação em contrário, as taxas de variação referidas correspondem a variações homólogas relativamente aos mesmos períodos de anos anteriores.

## Custos de construção com aumento homólogo de 1,9% em janeiro

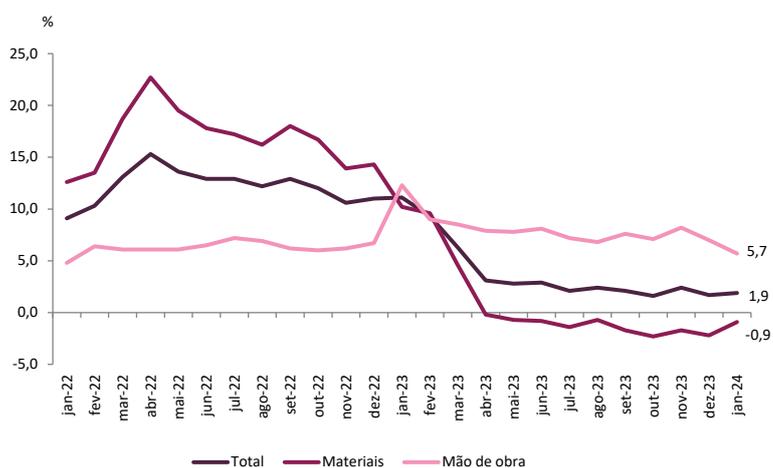
O INE estima que, em janeiro de 2024, se tenham registado as seguintes taxas de variação homóloga no âmbito dos custos de construção de habitação nova:

- Índice de Custos de Construção de Habitação Nova (ICCHN): 1,9% (mais 0,2 p.p. que em dezembro);
- Preço dos materiais: -0,9% (-2,2% no mês anterior); e
- Custo da mão de obra: 5,7% (7,0% em dezembro).

Índice de Custos de Construção de Habitação Nova  
(2021=100)



Índice de Custos de Construção de Habitação Nova  
(variação homóloga)



Nota: Os valores para novembro e dezembro de 2023, e janeiro de 2024, são provisórios.

No que respeita a variações em cadeia, o INE estima as seguintes taxas para janeiro de 2024:

- ICCHN: 1,4% (-0,8% em dezembro);
- Preços dos materiais: 0,9% (-0,8% em dezembro); e
- Custo da mão de obra: 2,2% (-0,8% em dezembro).



Mais informação:

[Índice de Custos de Construção de Habitação Nova – janeiro de 2024](#)

## Fogos licenciados e concluídos aumentaram, apesar do decréscimo no licenciamento de edifícios

No 4.º trimestre de 2023, o número de edifícios licenciados (5,3 mil) decresceu:

- 3,8% face ao trimestre homólogo de 2022 (-8,8% no trimestre anterior); e
- 12,3% relativamente ao período homólogo de 2019.

Do total de edifícios licenciados, 74,2% eram construções novas, das quais 81,1% se destinaram a habitação familiar.

O número de licenças para construções novas registou variações de:

- -5,2% em comparação com o trimestre homólogo de 2022 (-9,5% no trimestre anterior); e
- -8,1% face ao mesmo trimestre de 2019.

No caso das licenças para reabilitação, as variações foram as seguintes:

- +1,3% em relação ao período homólogo de 2022 (-7,5% no trimestre anterior); e
- -21,3% comparativamente ao 4.º trimestre de 2019.

Estima-se que tenham sido concluídos 4,0 mil edifícios, abrangendo construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

Este registo representa acréscimos de:

- 2,1% com referência ao trimestre homólogo de 2022 (-1,2% no trimestre anterior); e
- 9,1% relativamente ao mesmo trimestre de 2019.

A maioria dos edifícios concluídos (82,6%) correspondeu a construções novas, das quais 80,1% se destinaram a habitação familiar.

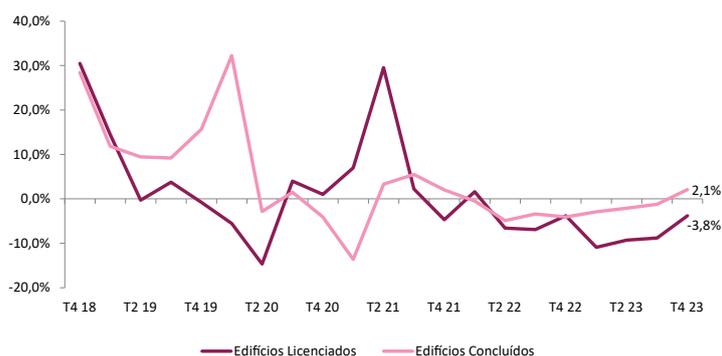
Ainda no segmento de habitação familiar, em termos homólogos:

- Os fogos licenciados em construções novas cresceram 1,8% (+9,5% no trimestre anterior); e
- Os fogos concluídos aumentaram 1,4% (+9,9% no trimestre anterior).

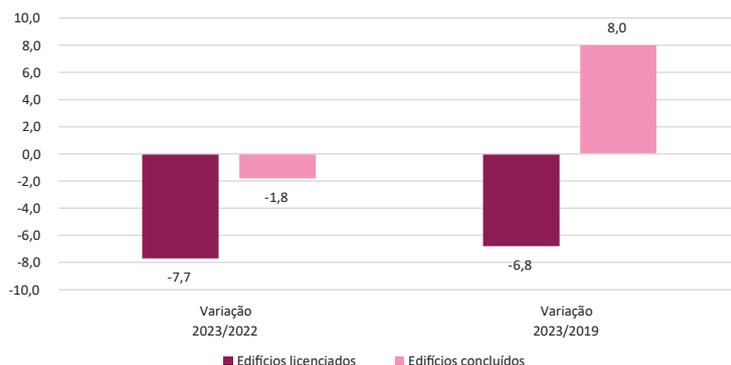
Em comparação com o trimestre anterior:

- O número de edifícios licenciados manteve-se inalterado (-8,5% no 3.º trimestre de 2023); e
- O número de edifícios concluídos aumentou 3,0% (+1,8% no 3.º trimestre de 2023).

Edifícios Licenciados e Construídos  
(variações homólogas trimestrais)



Edifícios licenciados e edifícios concluídos em 2023,  
variação face a 2022 e a 2019 (%)



Numa análise mensal, ao longo do ano de 2023, observaram-se variações negativas em todos os meses em comparação com os mesmos meses do ano anterior. As maiores reduções foram registadas em fevereiro (-15,2%) e abril (-14,6%), e as menos expressivas ocorreram em novembro (-1,4%), junho (-3,5%) e março (-4,9%).

No conjunto do ano 2023:

- Foram licenciados 22,8 mil edifícios, menos 7,7% face ao ano anterior (em 2022, registou-se um decréscimo de 4,4% relativamente a 2021) e menos 6,8% que em 2019;
- Foram concluídos 15,3 mil edifícios, menos 1,8% relativamente ao ano anterior (em 2022, a taxa de variação face a 2021 foi de -3,5%) e mais 8,0% em comparação com 2019.

Mais informação:

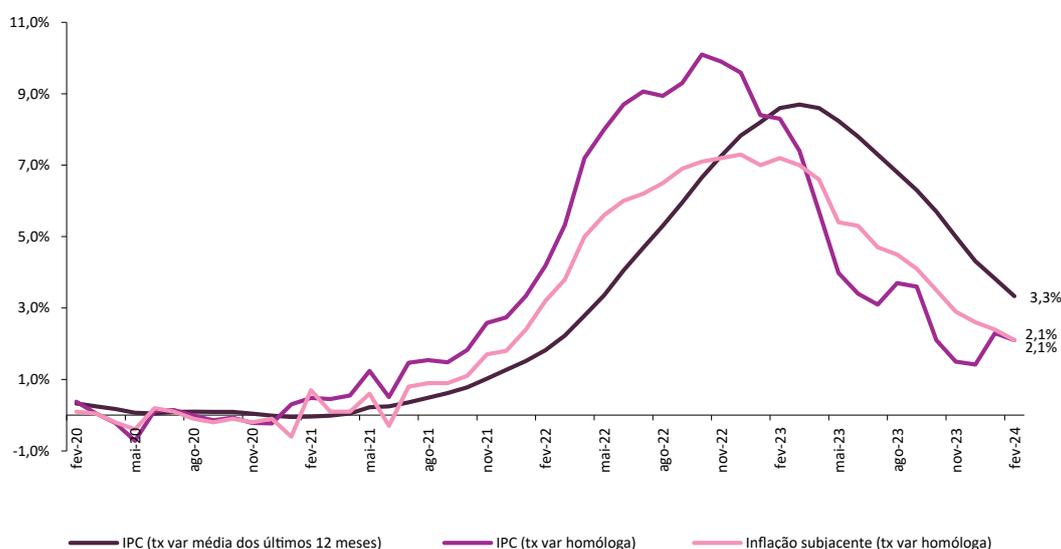
Construção: Obras Licenciadas e Concluídas – 4.º trimestre 2023

## Taxa de variação homóloga do IPC diminuiu para 2,1% em fevereiro

Em fevereiro de 2024, em termos homólogos:

- O Índice de Preços no Consumidor (IPC) diminuiu 2,1%, valor inferior em 0,2 p.p. ao do mês anterior;
- O indicador de inflação subjacente (que exclui os produtos alimentares não transformados e energéticos) também registou uma variação de 2,1% (2,4% em janeiro);
- O índice referente aos produtos energéticos aumentou para 4,3% (0,2% no mês precedente); e
- O índice relativo aos produtos alimentares não transformados desacelerou para 0,8% (3,1% em janeiro).

Índices de preços no consumidor e de inflação subjacente  
(taxa de variação homóloga e média dos últimos 12 meses)

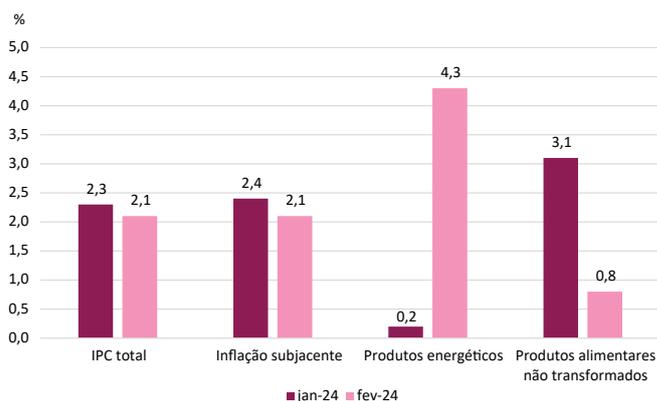


Ainda em fevereiro de 2024, mas face ao mês anterior:

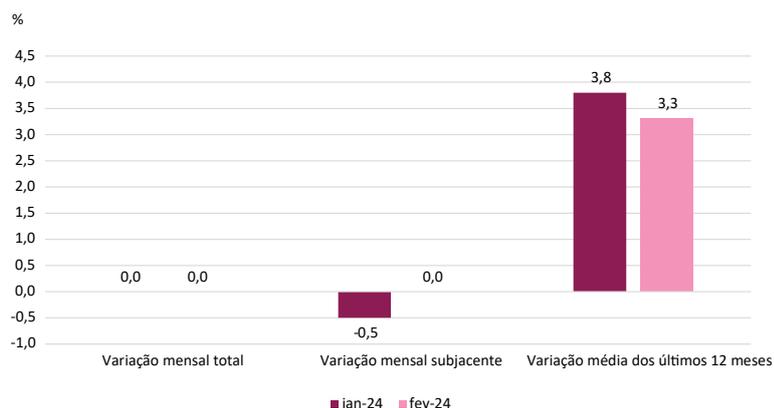
- O IPC total registou uma variação nula (idêntica no mês precedente e 0,3% em fevereiro de 2023); e
- Excluindo os produtos alimentares não transformados e energéticos (inflação subjacente), a variação do IPC também foi nula (-0,5% no mês anterior e 0,3% em fevereiro de 2023).

A variação média do IPC dos últimos 12 meses diminuiu para 3,3% (3,8% em janeiro).

IPC - Taxas de variação homóloga



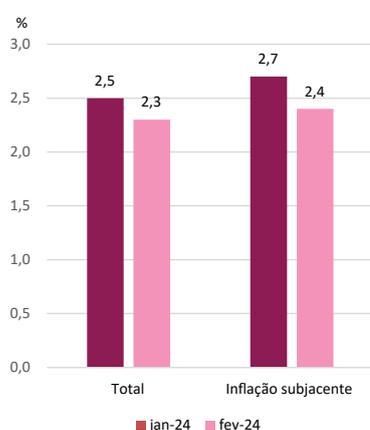
IPC - Taxas de variação mensal e média de doze meses



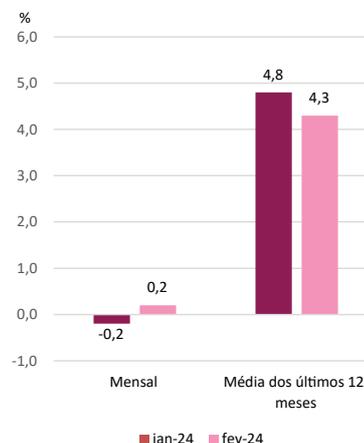
No que respeita ao Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), em fevereiro de 2024 observaram-se as seguintes taxas de variação:

- Homóloga: 2,3%, valor inferior em 0,2 p.p. ao observado no mês anterior e em 0,3 p.p. ao estimado pelo Eurostat para a Área do Euro (diferença igual à registada em janeiro de 2024);
- Homóloga, excluindo os produtos alimentares não transformados e energéticos: 2,4% (2,7% em janeiro), um valor inferior em 0,9 p.p. ao estimado para a Área do Euro;
- Mensal: 0,2% (-0,2% no mês anterior e 0,4% em fevereiro de 2023); e
- Média dos últimos 12 meses: 4,3% (4,8% no mês anterior).

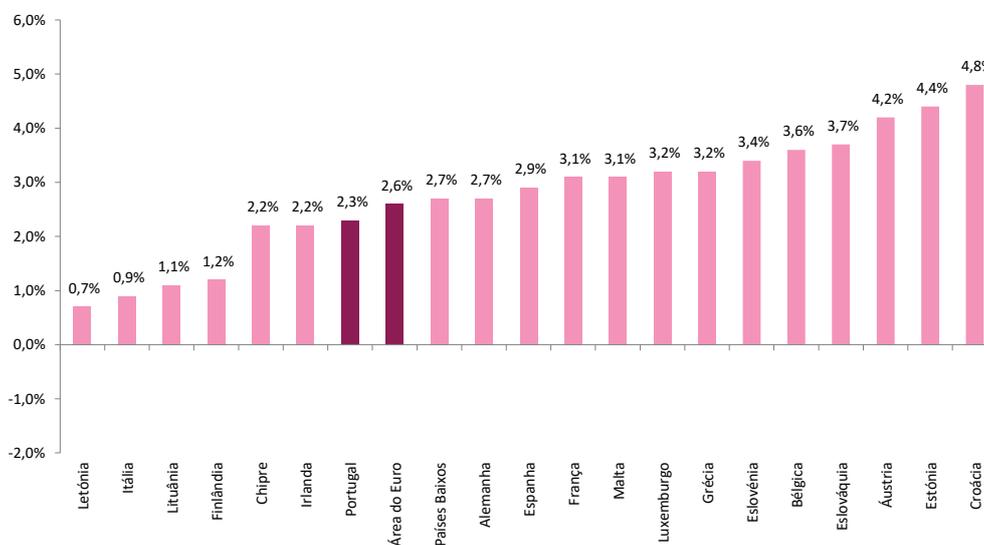
Variação homóloga do IHPC



IHPC - Variação mensal e média dos últimos 12 meses



Índice Harmonizado de Preços no Consumidor  
Variação homóloga nos países da Área do Euro, janeiro de 2024



## Preços na produção industrial diminuíram 2,3%

Em fevereiro de 2024<sup>1</sup>, em termos homólogos:

- O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) diminuiu 2,3%, intensificando em 0,2 p.p a variação negativa registada no mês anterior;
- Os agrupamentos “Bens Intermédios” e “Energia” foram determinantes para esta evolução, com taxas de variação de -7,5% e -3,0%, respetivamente (-8,7% e -0,8% em janeiro);

Estas variações traduziram-se em contributos de -2,8 p.p. no caso dos “Bens Intermédios” e de -0,5 p.p. no caso da “Energia” (-3,2 p.p. e -0,1 p.p., pela mesma ordem, no mês anterior); e

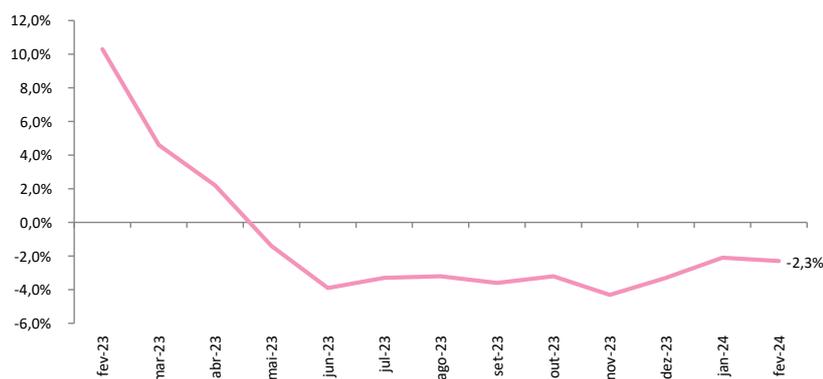
- Excluindo o agrupamento “Energia”, o índice agregado diminuiu 2,2% (-2,4% em janeiro).

Também em fevereiro de 2024, mas face ao mês anterior:

- O IPPI registou um aumento de 0,4% (0,6% em janeiro de 2024 e 0,6% em fevereiro de 2023); e
- Excluindo o agrupamento “Energia”, o IPPI cresceu 0,3% (aumento de 0,1% em fevereiro de 2023).



Índice de Preços na Produção Industrial  
(variação homóloga)



Índice Total e Grandes Agrupamentos Industriais  
(variação mensal)



<sup>1</sup> No destaque que deu origem a esta síntese, o INE inicia a publicação de novas séries de Índices de Preços na Produção Industrial, com valores retrospectivos desde janeiro de 2005, tendo como ano de base 2021, ou seja, 2021=100. Estas novas séries substituem as anteriores, que tinham como ano de referência 2015=100.

## Taxa de variação homóloga do IPC estimada em 2,3%

O INE estima, com base na informação já apurada, que em março de 2024 e em termos homólogos:

- O Índice de Preços no Consumidor (IPC) aumentou para 2,3%, acelerando 0,2 p.p. face ao mês anterior;
- O indicador de inflação subjacente, que exclui os produtos alimentares não transformados e energéticos, registou uma variação de 2,5% (2,1% no mês precedente);
- O índice relativo aos produtos energéticos aumentou para 4,8% (4,3% em fevereiro); e
- O índice referente aos produtos alimentares não transformados diminuiu para -0,5% (0,8% em fevereiro).

Face ao mês anterior, a variação do IPC terá sido 2,0% (nula em fevereiro de 2024 e 1,7% em março de 2023\*).

O INE estima ainda que, em março de 2024, a variação média do IPC nos últimos doze meses tenha sido 2,9% (3,3% no mês anterior).

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) – indicador de inflação mais apropriado para comparações entre os diferentes países da União Europeia, e em particular na Área do Euro – terá registado em Portugal, em março de 2024, uma variação homóloga de 2,6% (2,3% no mês precedente).



|                                             | Variação Mensal (%) <sup>1</sup> |         | Variação Homóloga (%) <sup>1</sup> |         |
|---------------------------------------------|----------------------------------|---------|------------------------------------|---------|
|                                             | fev-24                           | mar-24* | fev-24                             | mar-24* |
| <b>IPC</b>                                  |                                  |         |                                    |         |
| Total                                       | 0,03                             | 1,99    | 2,07                               | 2,32    |
| Total exceto habitação                      | -0,01                            | 2,03    | 1,89                               | 2,14    |
| Total exc. prod. alim. não transf. e energ. | 0,03                             | 2,39    | 2,11                               | 2,52    |
| Produtos energéticos                        | 1,75                             | 0,09    | 4,27                               | 4,79    |
| Produtos alimentares não transformados      | -0,88                            | 0,28    | 0,76                               | -0,46   |
| Produtos alimentares transformados          | -0,32                            | 0,86    | 1,24                               | 1,03    |
| <b>IHPC</b>                                 |                                  |         |                                    |         |
| Total                                       | 0,2                              | 2,3     | 2,3                                | 2,6     |

<sup>1</sup>Valores arredondados a duas e a uma casas decimais.

\*Valores estimados

\* Texto corrigido.

Mais informação:  
Estimativa Rápida do IPC/IHPC – março de 2024

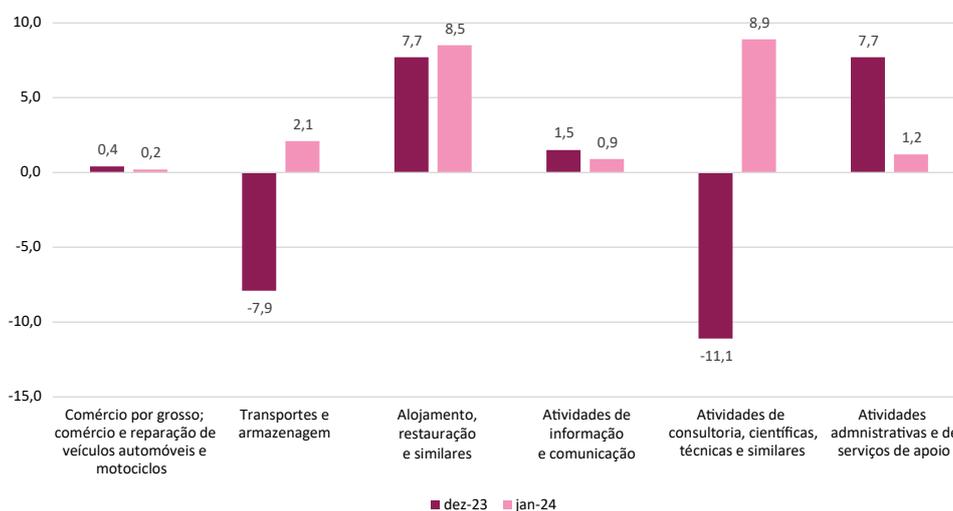
## Volume de negócios nos Serviços com crescimento homólogo de 2,0% em janeiro

Em janeiro de 2024, o Índice de Volume de Negócios nos Serviços (IVNES)<sup>1</sup> apresentou uma variação homóloga nominal de 2,0%, acelerando 2,4 p.p. face ao mês anterior.

Todas as secções que integram o IVNES contribuíram positivamente para a variação do índice total, com destaque para as seguintes:

- “Alojamento, restauração e similares”, que registou um crescimento de 8,5% e teve o maior contributo (0,8 p.p.) para o resultado agregado;
- “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares”, que apresentaram uma variação homóloga de 8,9%, traduzida num contributo de 0,7 p.p. para o total;
- “Transportes e armazenagem”, que contribuiu com 0,3 p.p., registando um aumento homólogo de 2,1%;
- “Comércio por grosso; reparação de veículos automóveis e motociclos”, com uma variação homóloga de 0,2%, contribuindo com 0,1 p.p. para o resultado agregado.

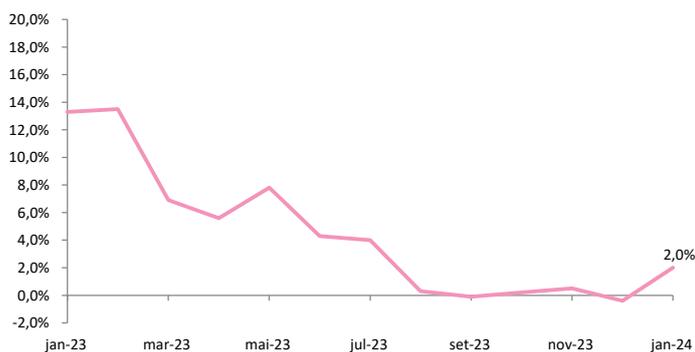
Secções que integram o IVNES, dezembro de 2023 e janeiro de 2024  
(variação homóloga, %)



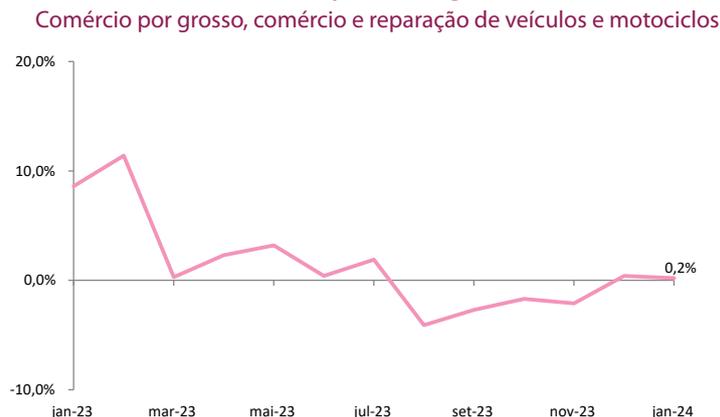
Os restantes índices relativos aos Serviços apresentaram, em janeiro de 2024, as seguintes variações homólogas:

- Emprego: 2,1% (2,5% em dezembro);
- Remunerações: 5,5% (5,9% em dezembro); e
- Horas trabalhadas (ajustado de efeitos de calendário): 0,0% (-1,3% em dezembro).

Índice de Volume de Negócios  
(variação homóloga)  
Total



Índice de Volume de Negócios  
(variação homóloga)  
Comércio por grosso, comércio e reparação de veículos e motociclos

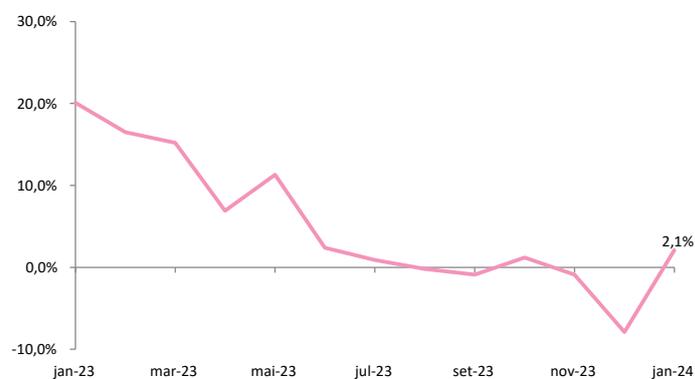


<sup>1</sup> O IVNES é baseado em dados nominais ajustados dos efeitos de calendário e da sazonalidade.

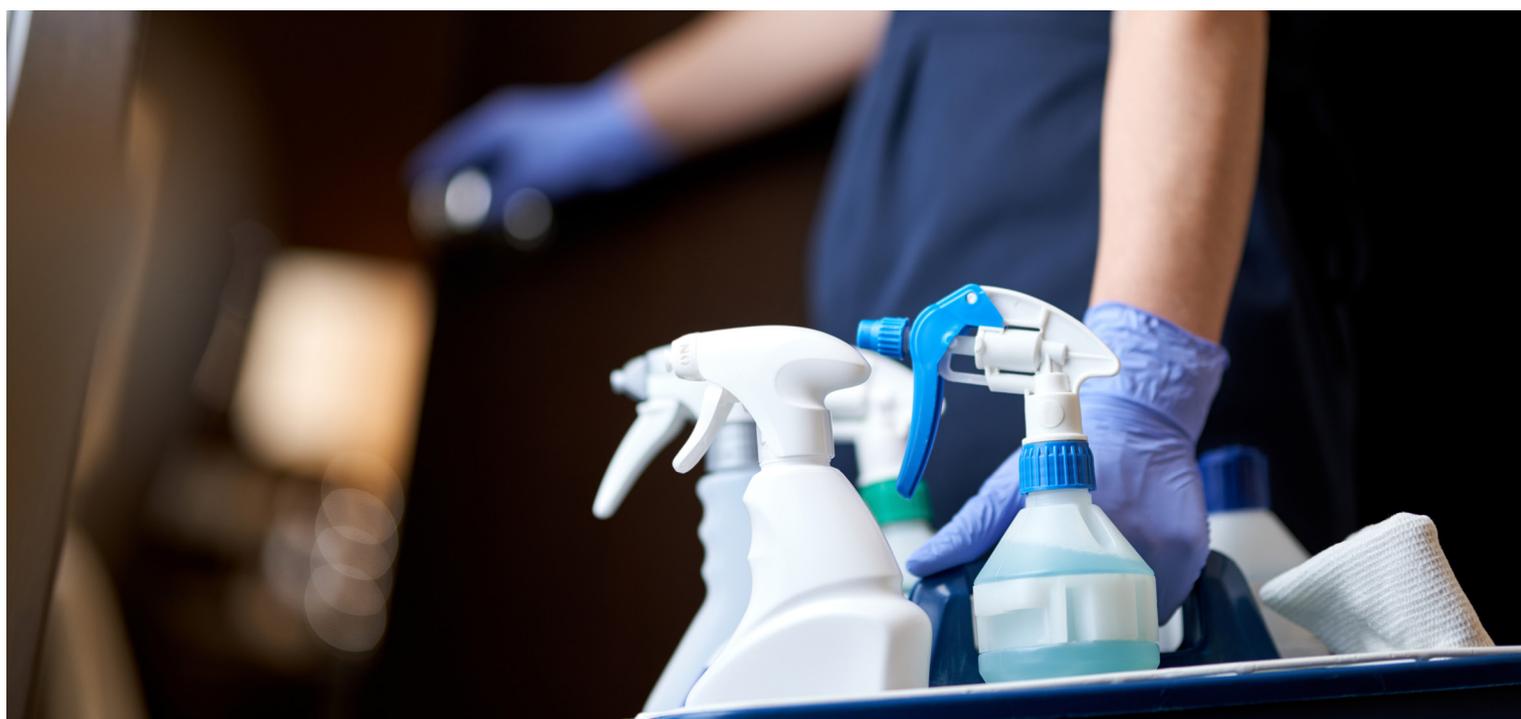
Índice de Volume de Negócios  
(variação homóloga)  
Alojamento, restauração e similares



Índice de Volume de Negócios nos Serviços  
(variação homóloga)  
Transportes e armazenagem



Ainda em janeiro de 2024, mas comparando com o mês anterior, o volume de negócios nos Serviços cresceu 0,7% (0,1% em dezembro).



Mais informação:  
[Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas nos Serviços – janeiro de 2024](#)

## Mortalidade em fevereiro diminuiu 15,8% em relação ao mês homólogo de 2023

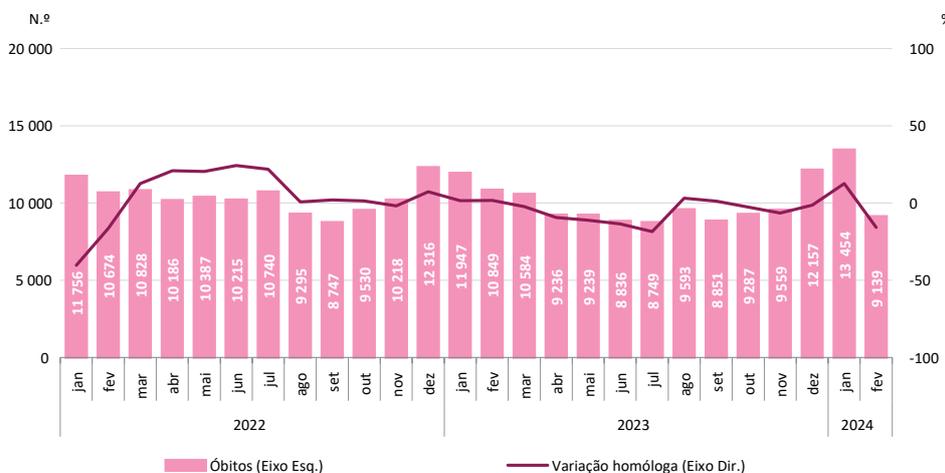
### Mortalidade

Em fevereiro de 2024, registaram-se 9 139 óbitos em Portugal, menos 4 315 (-32,1%) do que em janeiro de 2024 e menos 1 710 (-15,8%) do que em fevereiro de 2023.

Ainda em fevereiro de 2024, o número de óbitos devidos a COVID-19:

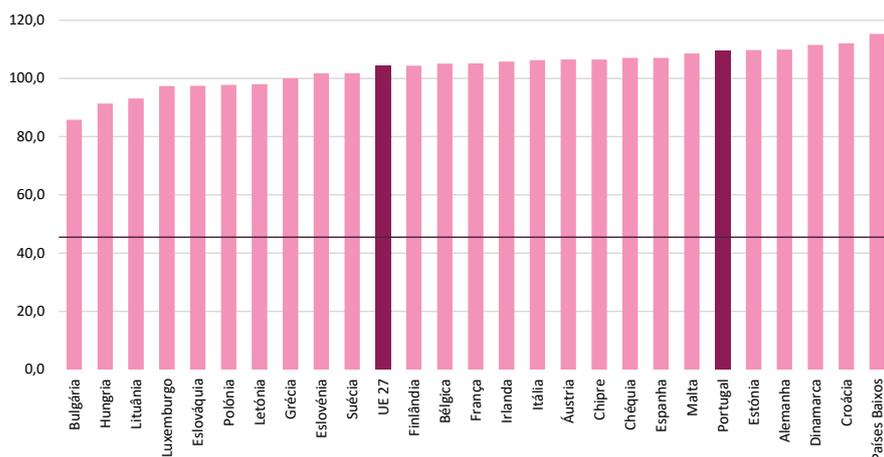
- Diminuiu para 27, o que representa 0,3% da mortalidade total; e
- Registou uma redução de 129 óbitos relativamente ao mês anterior.

Óbitos e variação homóloga, Portugal, janeiro de 2022 a fevereiro de 2024



Em janeiro de 2024, à semelhança do que se tinha verificado nos meses precedentes, a UE-27 registou um excesso de mortalidade (104,2). Esta situação observou-se em 18 dos 27 Estados-membros, entre os quais Portugal (109,4).

Excesso de mortalidade nos países da UE-27, janeiro de 2024 (média 2016-2019=100)

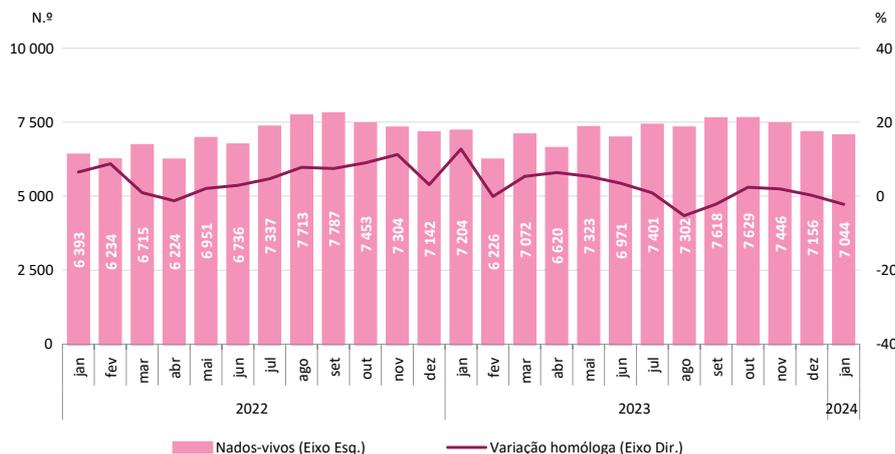


### Natalidade

Em janeiro de 2024, foram registados 7 044 nados-vivos, o que corresponde a decréscimos de 112 (-1,6%) face ao mês anterior e de 160 (-2,2%) relativamente a janeiro de 2023.

Os 85 968 nados-vivos registados em 2023 superaram em 1 979 (+2,4%) o número (83 989) relativo a 2022.

Nados-vivos e variação homóloga, Portugal, janeiro de 2022 a janeiro de 2024



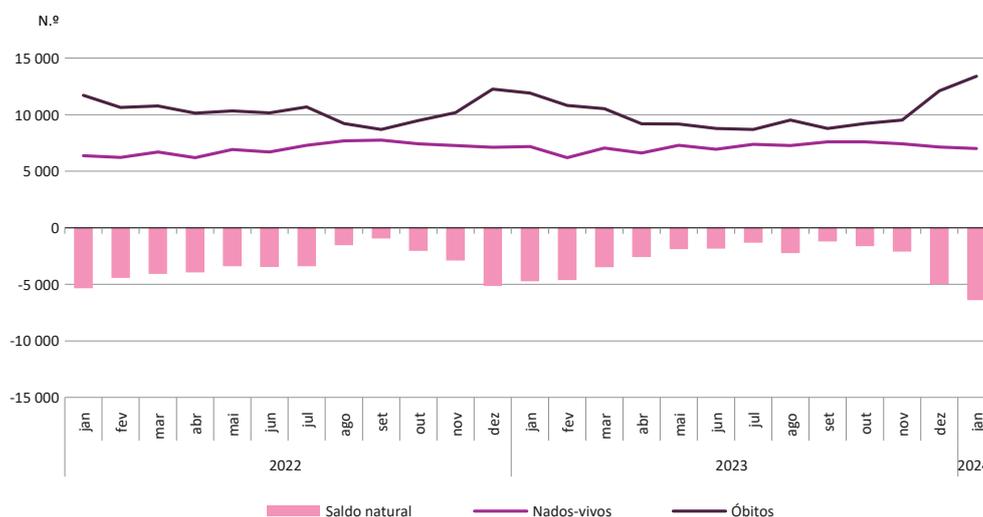
<sup>1</sup> O indicador "excesso de mortalidade", calculado pelo Eurostat, compara o número de óbitos registados em cada mês, nos países da União Europeia (UE-27) e da EFTA, com o número médio de óbitos no mesmo mês no período 2016-2019.

## Saldo natural

Em janeiro de 2024, o saldo natural foi de -6 398, agravando-se em relação ao registado no mês anterior (-4 985) e ao do mês homólogo 2023 (-4 721).

Em 2023, o saldo natural acumulou um défice de 32 613, o que representa um desagravamento face ao observado em 2022, quando foi de 40 640.

Nados-vivos, óbitos e saldo natural, Portugal, janeiro de 2022 a janeiro de 2024



## Casamentos

Em janeiro de 2024, celebraram-se 1 533 casamentos, valor inferior em 508 (-24,9%) ao registado no mês precedente e em 127 (-7,7%) ao apurado para janeiro de 2023.

Em 2023, foram celebrados 36 980 casamentos, mais 28 que em 2022.



Casamentos e variação homóloga, Portugal, janeiro de 2022 a janeiro de 2024



## 44,2% da população adulta dos 25 aos 64 anos participou, nos últimos 12 meses, em atividades de educação e formação, abaixo da média de 46,6% da UE

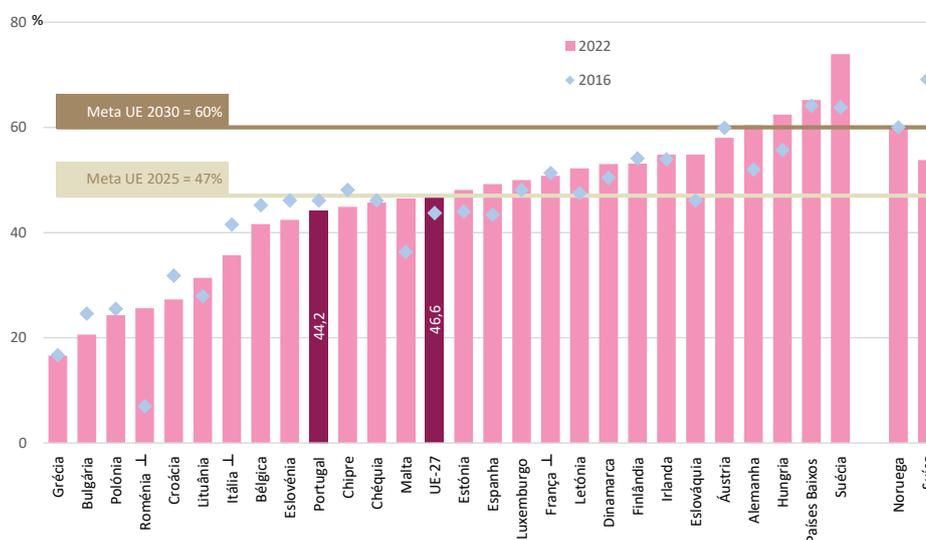
O INE realizou em 2022, à semelhança dos restantes Estados-membro da União Europeia, o Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA), com o propósito de retratar a população portuguesa dos 18 aos 69 anos em matéria de educação, formação e aprendizagem, relativamente aos 12 meses anteriores à entrevista. Os principais resultados deste inquérito relativos ao nosso país foram divulgados no Destaque do INE de 17 de outubro de 2023.

A informação apresentada num outro Destaque, que deu lugar a esta síntese, constitui um conjunto adicional de resultados do mesmo inquérito, numa análise comparativa dos dados de Portugal com os de vários países da União Europeia, entretanto disponibilizados pelo Eurostat, relativamente à taxa de participação de adultos em atividades de educação e formação formal<sup>1</sup> e/ou não formal<sup>2</sup>, considerando o âmbito etário 25-64 anos. Desse conjunto adicional de resultados, salientam-se os seguintes:

- 44,2% da população portuguesa na faixa etária considerada participou em pelo menos uma atividade de educação formal e/ou educação não formal;

Esta média nacional está abaixo da média europeia (46,6%) e situa Portugal na 18.<sup>a</sup> posição, entre os países da UE-27, quanto à participação da população adulta em atividades de educação e formação formal e/ou não formal;

Proporção de pessoas dos 25 aos 64 anos que participaram, nos últimos 12 meses, em atividades de educação formal e/ou não formal, na União Europeia, 2016 e 2022

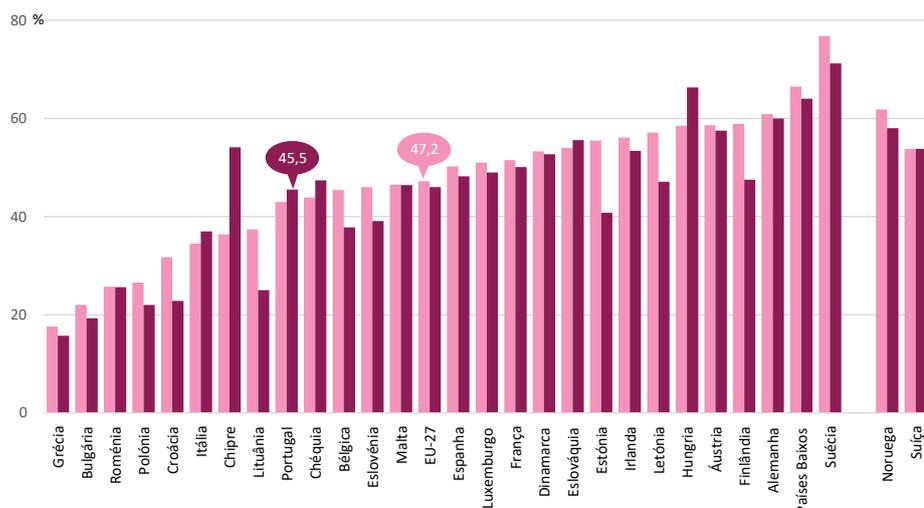


Notas: Os dados de 2022 para a França correspondem a valores provisórios.  
 † Quebra de série.

<sup>1</sup> Educação intencional, institucionalizada e planeada que se materializa em oferta de educação e formação, confere certificação escolar ou dupla certificação, apresenta uma sucessão progressiva de níveis de escolaridade e é ministrada por entidades públicas ou privadas reconhecidas pelas autoridades nacionais competentes em matérias de educação e formação.

<sup>2</sup> Educação intencional, institucionalizada e planeada que constitui um acréscimo e/ou um complemento à educação formal no contexto do processo de aprendizagem ao longo da vida, conferindo um certificado de frequência, mas não um nível de escolaridade.

Proporção de pessoas dos 25 aos 64 anos que participaram, nos últimos 12 meses, em atividades de educação formal e/ou não formal, na União Europeia, por sexo, 2022



- No nosso país, a participação dos homens (45,5%) em atividades de educação formal e/ou não formal foi superior à das mulheres (43,0%), colocando Portugal entre a minoria de seis países da UE-27 nos quais esta situação se verificou (os restantes foram Itália, Chipre, Chéquia, Eslováquia e Hungria);

Nota: Os dados de 2022 para a França são provisórios.

- A população com ensino superior em Portugal teve uma participação em atividades de educação formal e/ou não formal que foi mais do dobro da registada para a população que completou, no máximo, o 3.º ciclo do ensino básico (68,3% e 27,3%, respetivamente);

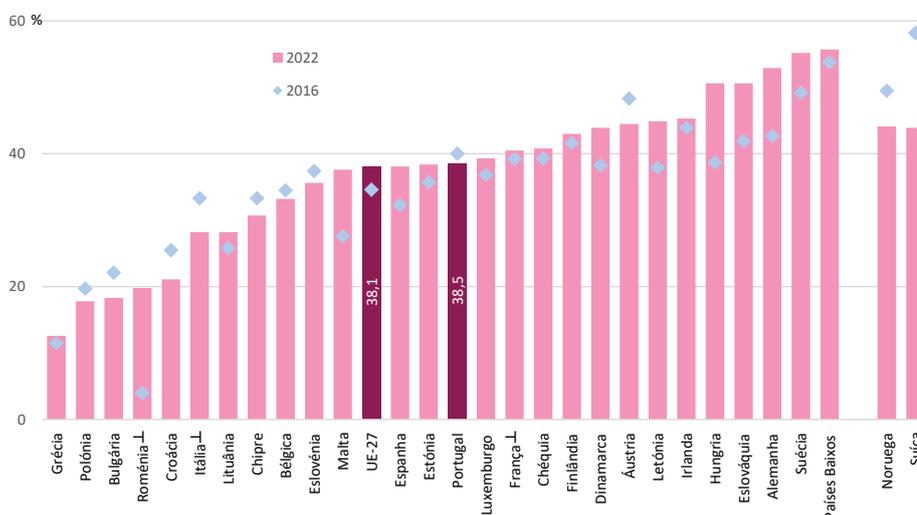
Em todos os países da UE-27, a participação em atividades de educação formal e/ou não formal aumenta com o nível de escolaridade;

- Também a participação em atividades de educação formal e/ou não formal foi mais elevada na população empregada nos vários países da UE-27. Em Portugal, essa situação verificou-se relativamente a:
  - » 50,6% da população empregada;
  - » 29,2% da população desempregada; e
  - » 17,8% da população inativa;

- A maioria deste tipo de atividades desenvolvidas pela população adulta dos 25 aos 64 anos, nos últimos 12 meses anteriores à entrevista, correspondia, em todos os 27 países da UE, a educação não formal;

Em Portugal, verificou-se uma participação de 41,9% (44,0% para a UE-27), sendo que 38,5% destas atividades estavam relacionadas com o trabalho (38,1% para a UE-27), a maioria quais (34,1%) foram financiadas pela entidade empregadora (33,7% na UE-27).

Proporção de pessoas dos 25 aos 64 anos na União Europeia que participaram, nos últimos 12 meses, em atividades de educação não formal relacionadas com o trabalho, 2016 e 2022



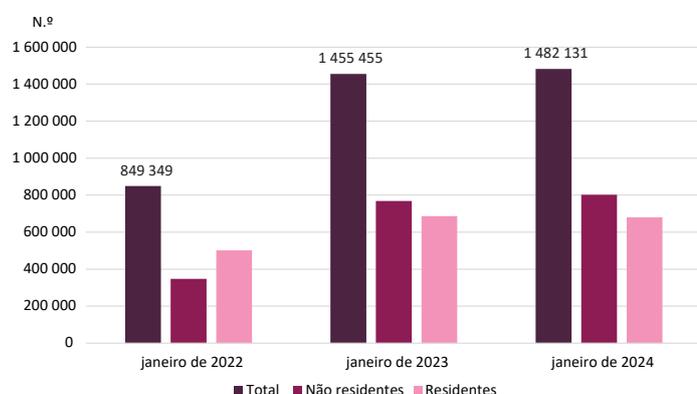
Notas: Os dados de 2022 para a França são provisórios. Os valores para a Hungria e a Noruega são estimativas com reduzida fiabilidade. † Quebra de série.

## Proveitos do sector do alojamento turístico mantiveram trajetória de abrandamento no primeiro mês de 2024

Em janeiro de 2024<sup>1</sup>, o sector do alojamento turístico<sup>2</sup> registou<sup>3</sup>:

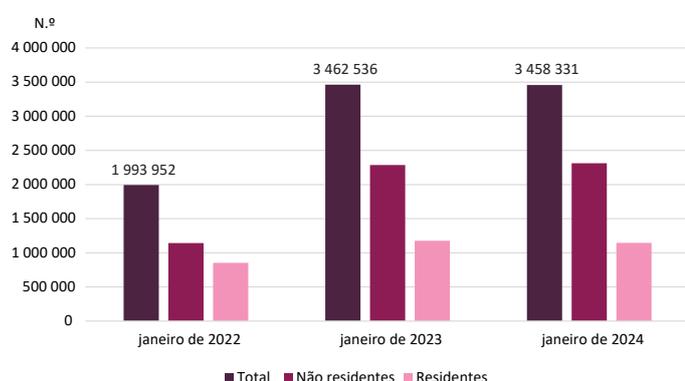
- 1,5 milhões de hóspedes;
- 3,5 milhões de dormidas;
- 230,8 milhões de euros de proveitos totais;
- 166,0 milhões de euros de proveitos de aposento;
- Uma taxa líquida de ocupação-cama de 28,3% (-1,3 p.p. que no mesmo mês do ano anterior);

Hóspedes nos estabelecimentos turísticos, Portugal



- Uma taxa líquida de ocupação-quarto de 36,1% (-1,3 p.p. que no mesmo mês do ano anterior);
  - Um rendimento médio por quarto disponível (RevPAR) de 30,2 euros (+3,9%);
  - Um rendimento médio por quarto ocupado (ADR) de 83,7 euros (+7,6%);
- O ADR atingiu o valor mais elevado na Grande Lisboa (105,9 euros), seguindo-se a Região Autónoma da Madeira (87,5 euros);
- Os acréscimos mais expressivos verificaram-se no Algarve (+12,1%), na Região Autónoma da Madeira (11,9%) e no Centro (+11,2%); e
- Uma estada média de 2,33 noites (-1,9%).

Dormidas nos estabelecimentos turísticos, Portugal

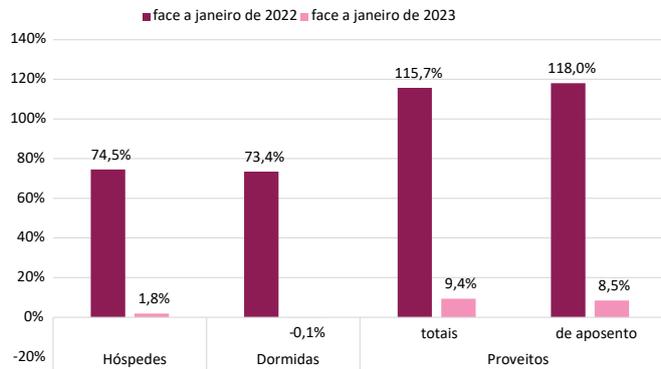


<sup>1</sup> A informação aqui divulgada integra: até final de 2022, resultados definitivos; de janeiro a dezembro de 2023, resultados provisórios; e relativamente a janeiro de 2024, resultados preliminares.

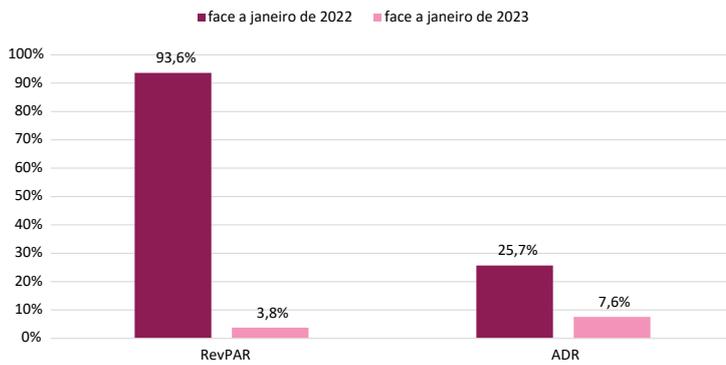
<sup>2</sup> Séries mensais que incluem três segmentos de alojamento: hotelaria (hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, pousadas e quintas da Madeira), alojamento local com 10 ou mais camas (de acordo com o limiar estatístico previsto no Regulamento UE 692/2011) e turismo no espaço rural/de habitação.

<sup>3</sup> Salvo indicação em contrário, as taxas de variação apresentadas nesta síntese correspondem a taxas de variação homóloga, face ao mesmo período do ano anterior.

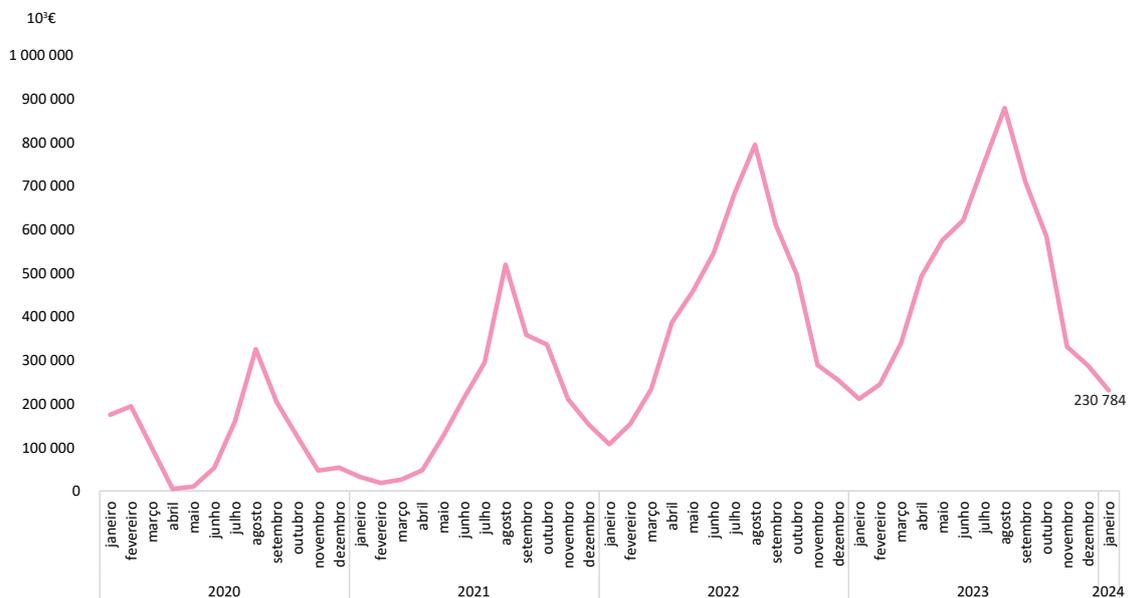
### Variações homólogas de hóspedes, dormidas e proveitos no sector do alojamento turístico



### Variações homólogas de RevPAR e ADR no sector do alojamento turístico



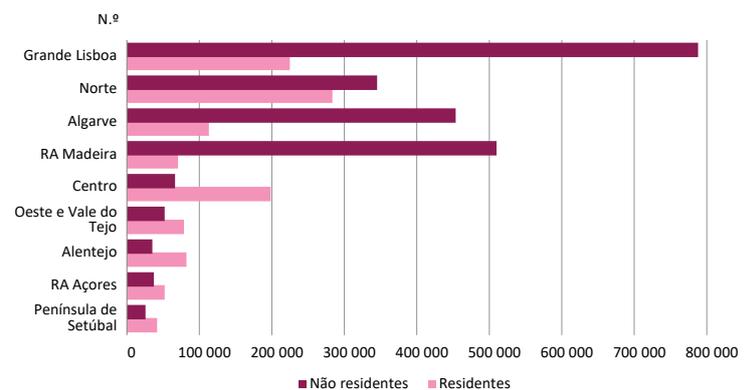
### Proveitos totais nos estabelecimentos de alojamento turístico



### Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico, por região NUTS II - janeiro de 2024

Também em janeiro de 2024, a nível de NUTS II:

- A Grande Lisboa foi a região com maior peso nos proveitos totais e de aposento (35,8% e 37,5%, respetivamente), seguindo-se a Região Autónoma da Madeira (17,0% e 16,3%, pela mesma ordem) e o Norte (16,7% e 16,9%);
- Os maiores crescimentos ocorreram no Oeste e Vale do Tejo (+33,3% nos proveitos totais e +22,4% nos de aposento), no Centro (+14,4% e +13,7%) e no Algarve (+12,9% e +16,3%, respetivamente).



No mesmo mês, no que respeita aos 10 municípios com maior representatividade em termos de dormidas:

- Lisboa concentrou 24,5% do total (30,4% no caso dos não residentes), atingindo 845,6 mil e registando um decréscimo pela primeira vez desde o 2.º trimestre de 2021. As dormidas no município de Lisboa registaram uma redução de 3,4% em termos homólogos (-13,3% nos residentes e -1,1% nos não residentes);
- Funchal ocupou a 2.ª posição (quota de 12,1%), registando 419,3 mil dormidas, mantendo a trajetória decrescente do mês anterior, com uma redução de 4,4% (-16,3% nos residentes e -2,4% nos não residentes);
- Seguiu-se o Porto, com 297,2 mil dormidas (peso de 8,6% do total), o que corresponde a um crescimento de 4,6% (-0,1% nos residentes e +5,9% nos não residentes), o que acentua o abrandamento do crescimento que se verifica desde outubro de 2023;
- Albufeira destacou-se pela evolução positiva das dormidas dos residentes, que atenuou o impacto do decréscimo acentuado dos não residentes; e
- Portimão foi o único município em que se observou crescimento nos residentes e nos não residentes.

Ainda a nível de municípios, registre-se que:

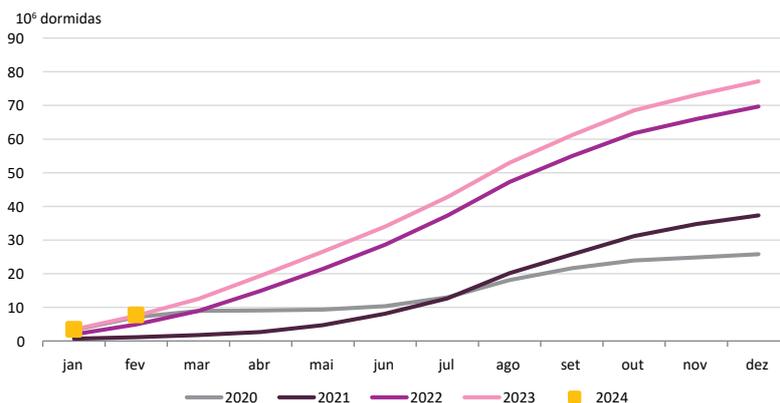
- Relativamente às dormidas de residentes:
  - » Os maiores crescimentos observaram-se em Albufeira (+5,8%) e Portimão (+2,7%);
  - » Os decréscimos mais expressivos registaram-se em Vila Real de Santo António (-21,9%) e Cascais (-17,2%);
- Nas dormidas de não residentes:
  - » Santa Cruz (R. A. Madeira) destacou-se pelo crescimento acentuado (+21,2%);
  - » Cascais e Albufeira apresentaram os maiores decréscimos (-8,7% e -4,2%, respetivamente).

## Dormidas voltam a crescer em fevereiro

Em fevereiro de 2024, o sector do alojamento turístico<sup>1</sup> registou 1,8 milhões de hóspedes e 4,3 milhões de dormidas. Estes resultados<sup>2</sup> representam variações de:

- +7,0% nos hóspedes (+1,9% em janeiro); e
- +6,4% nas dormidas (-0,3% em janeiro).

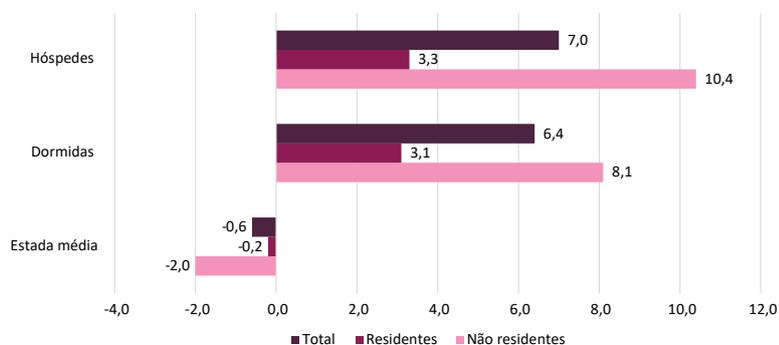
Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico, por mês  
Valores acumulados



Em fevereiro de 2024, as dormidas geradas:

- Pelo mercado interno, cresceram 3,1%, totalizando 1,4 milhões e invertendo a trajetória de decréscimo (-3,0%) observada no mês anterior; e
- Pelos mercados externos, aumentaram 8,1% (após +1,1% em janeiro), atingindo 2,9 milhões, contrariando o abrandamento dos três meses precedentes.

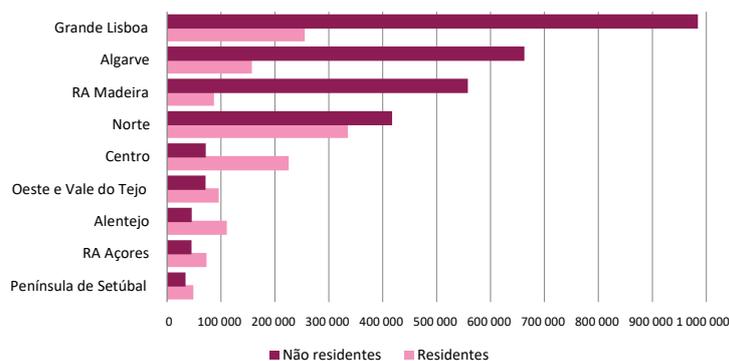
Hóspedes, dormidas e estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico, fevereiro de 2024  
Variações homólogas (%)



A nível de regiões NUTS II, ainda no que respeita a dormidas em fevereiro de 2024:

- Todas as regiões NUTS II registaram aumentos nas dormidas, sendo que:
  - » Os mais expressivos ocorreram no Oeste e Vale do Tejo (+17,2%), na Região Autónoma dos Açores (+14,0%) e na Península de Setúbal (+9,1%); e
  - » Os mais modestos verificaram-se no Alentejo (+1,5%) e no Centro (+1,7%);
- As regiões que concentraram maior número de dormidas foram a Grande Lisboa (29,0%), o Algarve (19,1%) e o Norte (17,6%).

Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico, por região NUTS II - fevereiro de 2024



<sup>1</sup> Inclui três segmentos de alojamento: hotelaria (hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, pousadas e quintas da Madeira), alojamento local com 10 ou mais camas (de acordo com o limiar estatístico previsto no Regulamento UE 692/2011) e turismo no espaço rural/de habitação.

<sup>2</sup> Salvo indicação em contrário, as taxas de variação apresentadas neste destaque correspondem a taxas de variação homóloga.

No mês em análise, a estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico (2,43 noites) diminuiu 0,6% (-2,1% em janeiro), sendo de:

- 1,74 noites nos residentes (-0,2%); e
- 3,00 noites nos não residentes (-2,0%).

Os valores mais elevados deste indicador continuaram a observar-se na Região Autónoma da Madeira (4,72 noites) e no Algarve (3,93 noites); as estadas mais curtas ocorreram no Centro (1,64 noites) e no Oeste e Vale do Tejo (1,70 noites).

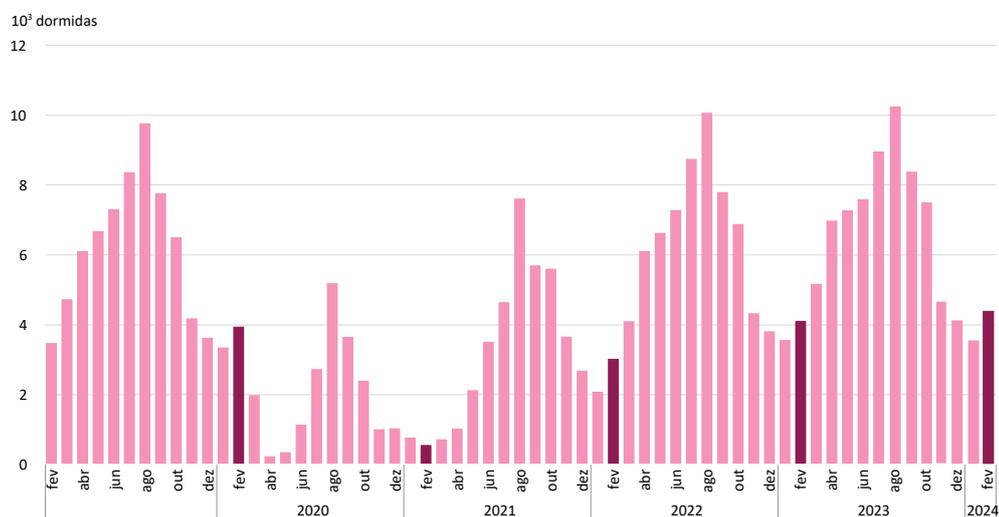
A ocupação nos estabelecimentos de alojamento turístico diminuiu em fevereiro:

- Taxa líquida de ocupação-cama: -0,6 p.p., para 35,9%; e
- Taxa líquida de ocupação-quarto: -0,7 p.p., para 45,2%.

Relativamente aos dez principais mercados emissores, que representaram 73,2% das dormidas de não residentes neste mês, destacaram-se:

- O britânico, que correspondeu a 17,0% do total e registou um aumento de 9,4%;
- O alemão, perfazendo 11,4% do total e crescendo 8,5%;
- O espanhol, com 8,7% da procura, mas continuando a registar decréscimo (-6,8%);
- O francês (quota de 7,5%), que apresentou a maior redução (-13,3%); e
- O polaco, o canadiano e o americano, pelos seus crescimentos expressivos: 25,6%, 23,2% e 19,1%, respetivamente.

#### Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico, por mês



## Transporte de passageiros aumentou no 4.º trimestre

### Resultados globais de 2023 superam níveis de 2019, exceto no metropolitano

No 4.º trimestre de 2023, os aeroportos nacionais movimentaram 15,3 milhões de passageiros, o que corresponde a:

- +10,1% relativamente ao período homólogo de 2022; e
- +14,2% por comparação com o 4.º trimestre de 2019.

Os passageiros transportados sobre carris foram:

- 53,7 milhões por comboio, o que corresponde a acréscimos de 16,9% e 9,5% face, respetivamente, aos quartos trimestres de 2022 e de 2019; e
- 69,6 milhões por metropolitano, o que representa um aumento de 12,2% face ao trimestre homólogo de 2022 e uma redução de 7,0% relativamente ao 4.º trimestre de 2019.

O transporte de passageiros por via fluvial atingiu os 5,4 milhões, registando aumentos de 17,9% e de 0,4% por comparação com os trimestres homólogos de 2022 e de 2019, respetivamente.

Quanto ao transporte de mercadorias, verificaram-se as seguintes variações face aos quartos trimestres de 2022 e de 2019, respetivamente:

- Via aérea: +8,0% e +4,0%;
- Ferrovia: -2,3% e -1,6%;
- Via marítima: -2,7% e -9,4%; e
- Rodovia: -7,5% e -18,4%.



Aeronaves nos aeroportos nacionais



Passageiros nos aeroportos nacionais



Carga/correio nos aeroportos nacionais



## Movimento de passageiros nos aeroportos nacionais mantém tendência de máximos mensais

Em janeiro de 2024, nos aeroportos portugueses:

- Aterraram 15,7 mil aeronaves em voos comerciais (-1,7% relativamente ao mesmo mês do ano anterior);
- O número de passageiros, no conjunto de embarques, desembarques e trânsitos diretos, foi 4,0 milhões (+1,6% face a janeiro de 2023);

Em média, desembarcaram por dia 61,4 mil passageiros (+1,2% que em janeiro de 2023);

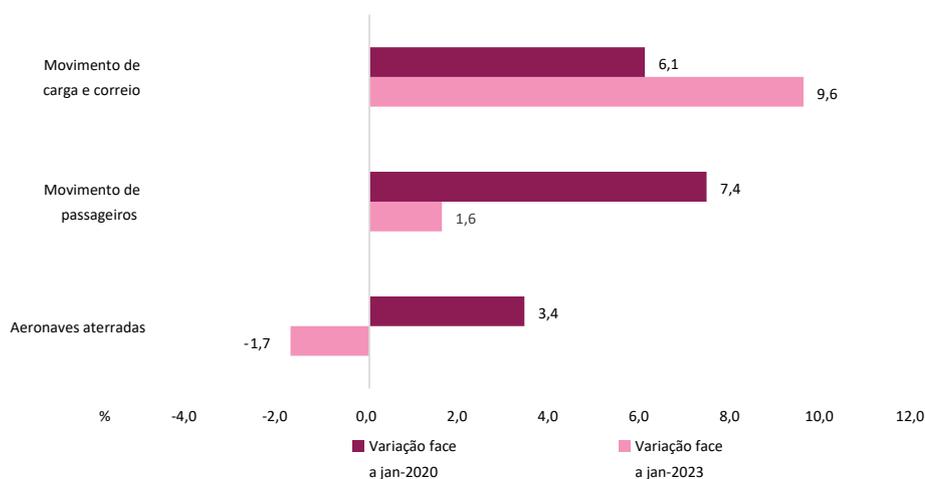
Registe-se que, neste início de 2024, continuam a verificar-se máximos históricos no movimento mensal de passageiros; e

- O movimento de carga e correio totalizou 18,3 mil toneladas (+9,6% em comparação com o mesmo mês do ano anterior).

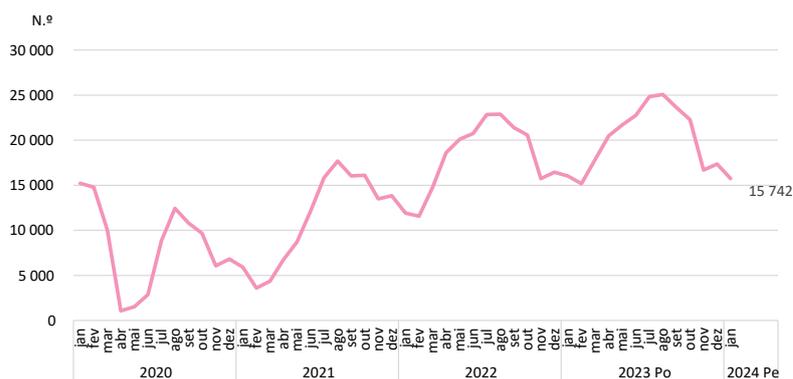
No mês em causa, no que respeita ao movimento de passageiros:

- O aeroporto de Lisboa concentrou 56,4% do total (2,3 milhões), um acréscimo de 0,7% comparando com janeiro de 2023;
- O aeroporto do Porto representou 23,2% do total (930,1 mil) e aumentou 3,8%; e
- O aeroporto da Madeira foi o 3.º mais movimentado (302,1 mil), superando o aeroporto de Faro.

Movimento nos aeroportos nacionais, janeiro de 2024  
(Variações homólogas, %)



Aeronaves nos aeroportos nacionais

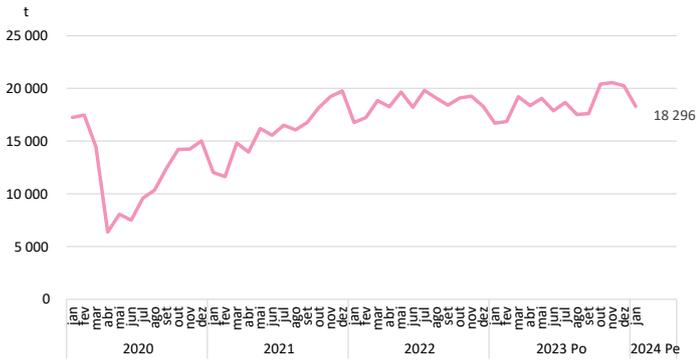


Passageiros nos aeroportos nacionais



Nota: Po = Valores provisórios; Pe = Valor preliminar.

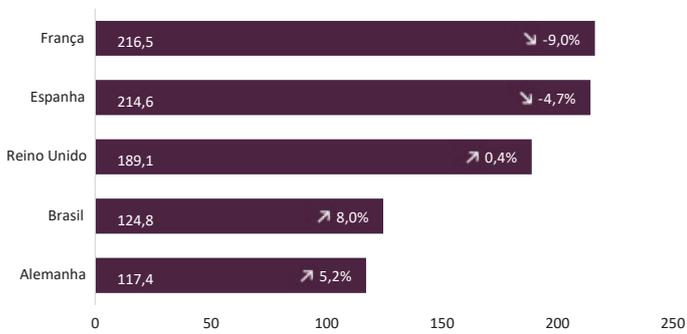
### Carga/correo nos aeroportos nacionais



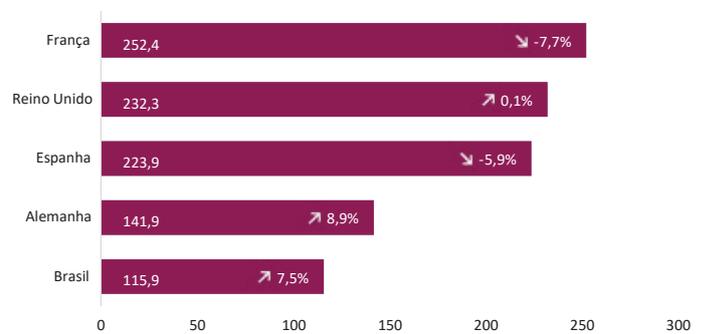
Nota: Po = Valores provisórios; Pe = Valor preliminar.



### Passageiros desembarcados, por principais países de origem, janeiro de 2024 (milhares e variação homóloga)



### Passageiros embarcados, por principais países de destino, janeiro de 2024 (milhares e variação homóloga)



## Vendas no Comércio cresceram 0,6% em janeiro

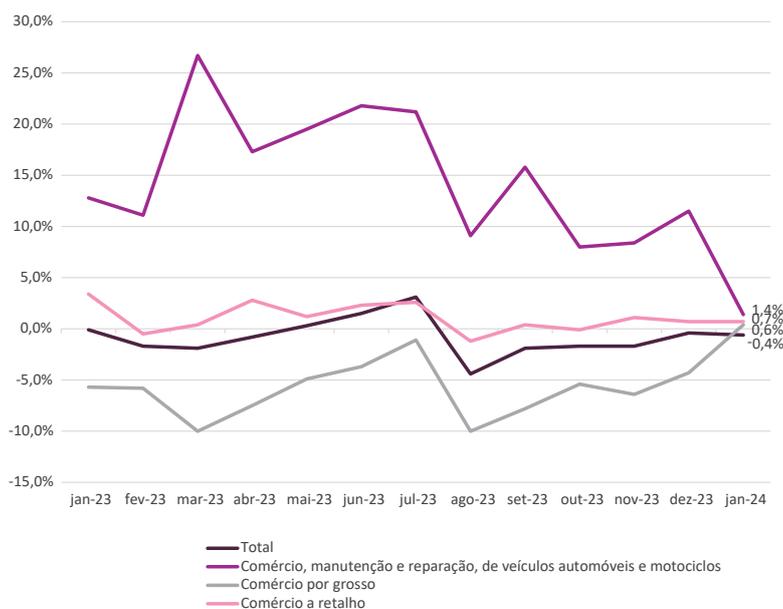
O Índice de Volume de Negócios no Comércio<sup>1</sup> registou um crescimento homólogo de 0,6% em janeiro de 2024 (-0,4% em dezembro de 2023). Este crescimento foi determinado por taxas de variação positivas em todas as divisões que compõem o índice geral:

- “Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos” (divisão 45): +1,4%, (+11,5% no mês anterior);
- “Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos” (divisão 46): +0,4% (-4,3% no mês anterior);
- “Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos” (divisão 47): +0,7% (crescimento idêntico no mês anterior), com andamentos em sentidos inversos nos seus agrupamentos:
  - » Os “Produtos Alimentares” aceleraram 1,5 p.p., para uma variação homóloga de 1,5%; e
  - » Os “Produtos Não Alimentares” abrandaram 1,0 p.p., para 0,1%.

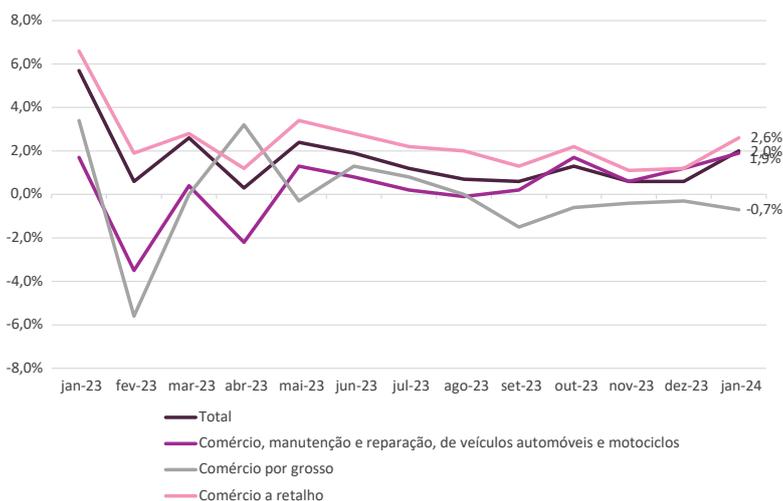
Também em janeiro, registaram-se ainda, no Comércio, as seguintes taxas de variação homóloga:

- Índice de emprego: 2,3% (2,1% em dezembro);
- Índice de remunerações: 8,0% (8,4% em dezembro); e
- Índice de horas trabalhadas<sup>2</sup>: 2,0% (0,6% em dezembro).

Volume de Negócios no Comércio a Retalho  
(variação homóloga, %)



Horas trabalhadas no Comércio a Retalho  
(variação homóloga, %)



<sup>1</sup> Índice total, ajustado de efeitos de calendário e de sazonalidade, deflacionado.

<sup>2</sup> Índice de horas trabalhadas ajustadas de efeitos de calendário.

### Mais informação:

Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas no Comércio a Retalho – janeiro de 2024

## Indicador de clima diminuiu e Preços no Consumidor desaceleraram

Na Área Euro, em fevereiro:

- O indicador de sentimento económico diminuiu ligeiramente, como já acontecera no mês anterior;
- Os indicadores de confiança da generalidade dos sectores de atividade registaram uma redução;
- O indicador de confiança dos consumidores aumentou, após ter diminuído em janeiro; e
- Os preços das matérias-primas e do petróleo apresentaram variações em cadeia de 0,3% e 5,2%, respetivamente (-13,1% e 3,2% em janeiro).

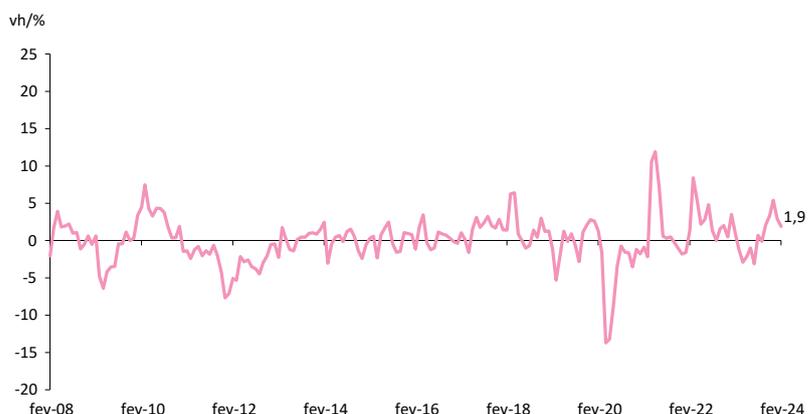
Em Portugal:

- A variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor foi 2,1% em fevereiro, taxa inferior em 0,2 p.p. à observada no mês anterior;
- Em janeiro, os preços implícitos das exportações e das importações de bens continuaram a registar variações negativas, que se fixaram em -3,5% e -6,5%, respetivamente (-3,0% e -7,4% em dezembro de 2023, pela mesma ordem);  
Excluindo os produtos petrolíferos, registaram-se decréscimos de 2,8% nas exportações e de 4,7% nas importações (-2,1% e -4,7%, respetivamente, em dezembro);
- Os indicadores de curto prazo, disponíveis para janeiro, revelam:
  - » Uma aceleração nominal nos Serviços;
  - » Diminuições menos intensas na Indústria; e
  - » Uma desaceleração na Construção;
- O indicador de clima económico, que sintetiza os saldos de respostas extremas das questões relativas aos inquéritos qualitativos às empresas, diminuiu em fevereiro, após ter aumentado entre novembro e janeiro;
- O indicador de atividade económica aumentou, em termos homólogos, entre setembro e janeiro, menos intensamente nos últimos dois meses, após ter diminuído em agosto;
- O indicador de investimento aumentou, também em termos homólogos, em janeiro, retomando o perfil de taxas de variação positivas que tinha sido interrompido em dezembro;
- O indicador de consumo privado desacelerou em janeiro; e
- De acordo com as estimativas provisórias mensais do Inquérito ao Emprego, em janeiro:
  - » A taxa de desemprego (16 a 74 anos), ajustada de sazonalidade, manteve-se em 6,5% (6,6% em outubro e 7,0% em janeiro de 2023);
  - » A taxa de subutilização do trabalho (16 a 74 anos) situou-se em 11,6%, valor idêntico ao do mês anterior (11,8% em outubro e 12,1% em janeiro de 2023); e
  - » A população empregada (16 a 74 anos), também ajustada de sazonalidade, aumentou 2,0% em termos homólogos e 0,7% face ao mês anterior (variação homóloga de 1,8% em dezembro).

Alguns indicadores adicionais de atividade económica e de consumo privado, relativos a fevereiro de 2024 (variações homólogas):

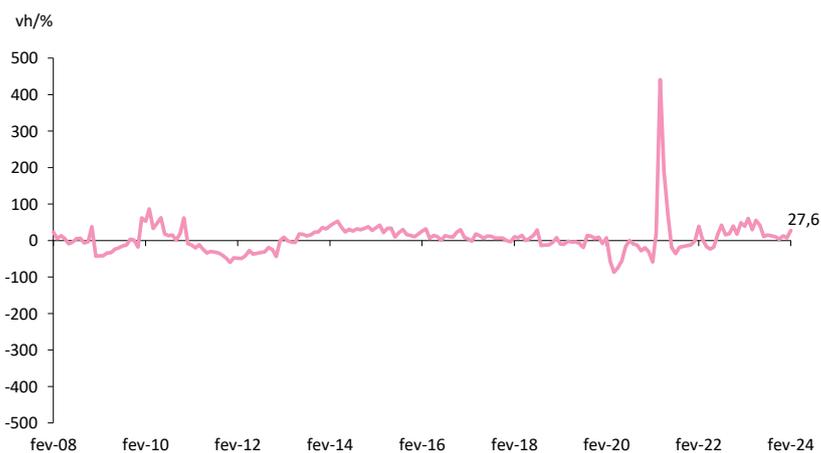
- O consumo médio de eletricidade em dia útil registou um crescimento de 1,9%, o que compara com taxas de 5,4% em dezembro e de 2,9% em janeiro;

#### Consumo médio de energia elétrica (em dia útil)



- Na utilização de terminais TPA da rede Multibanco:
  - » O montante global de levantamentos nacionais aumentou 1,2% (redução de 1,2% no mês anterior); e
  - » As compras efetuadas cresceram 10,3% (5,8% no mês anterior);

#### Vendas de automóveis ligeiros de passageiros



- As vendas de automóveis ligeiros de passageiros registaram um crescimento de 27,6%, acelerando face ao aumento de 7,5% verificado no mês anterior.

## Indicador de confiança dos consumidores e indicador de clima económico aumentam

O indicador de confiança dos Consumidores aumentou entre dezembro e março, invertendo o movimento descendente observado nos quatro meses anteriores e atingindo o valor mais elevado desde fevereiro de 2022.

No que respeita aos preços:

- O saldo das opiniões dos Consumidores sobre a sua evolução passada diminuiu em fevereiro e março, após ter aumentado em janeiro; e
- O saldo das perspetivas relativas à sua evolução futura também diminuiu nos últimos dois meses, de forma significativa em março, depois do aumento expressivo observado em janeiro.

O indicador de clima económico aumentou em março, contrariando a redução observada no mês anterior.

Os indicadores de confiança, em março:

- Aumentaram nos Serviços e, de forma ligeira, no Comércio;
- Diminuíram moderadamente na Indústria Transformadora e na Construção e Obras Públicas.

O saldo das expectativas dos empresários sobre a evolução futura dos preços de venda diminuiu significativamente em março em todos os sectores.

A recolha de informação na qual se baseia o destaque a partir do qual foi elaborada esta síntese decorreu de 01 a 16 de março no caso do inquérito aos consumidores, e de 01 a 21 de março no caso dos inquéritos às empresas.

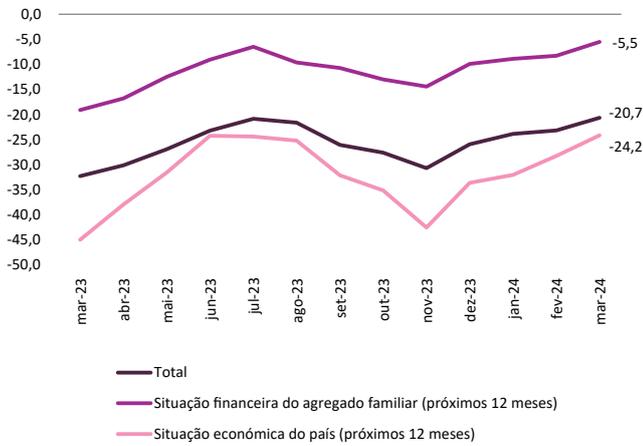
Indicador de Clima Económico



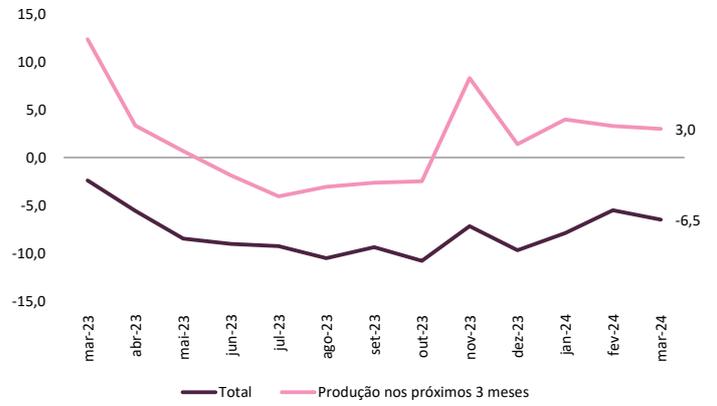
<sup>1</sup> O indicador de clima económico sintetiza os saldos de respostas extremas das questões relativas aos inquéritos às empresas.

**Indicadores de confiança (SRE\*)**  
(valores das séries de base mensais, corrigidos de sazonalidade)

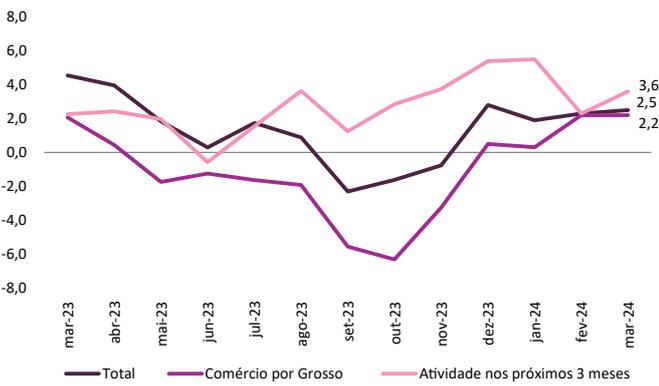
**Indicador de Confiança dos Consumidores**



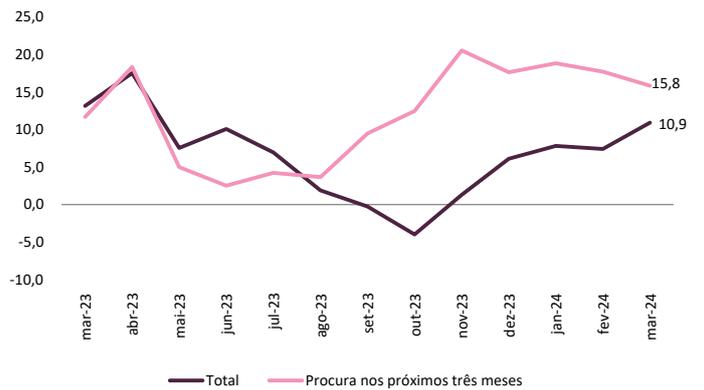
**Indicador de Confiança da Indústria Transformadora**



**Indicador de Confiança do Comércio**

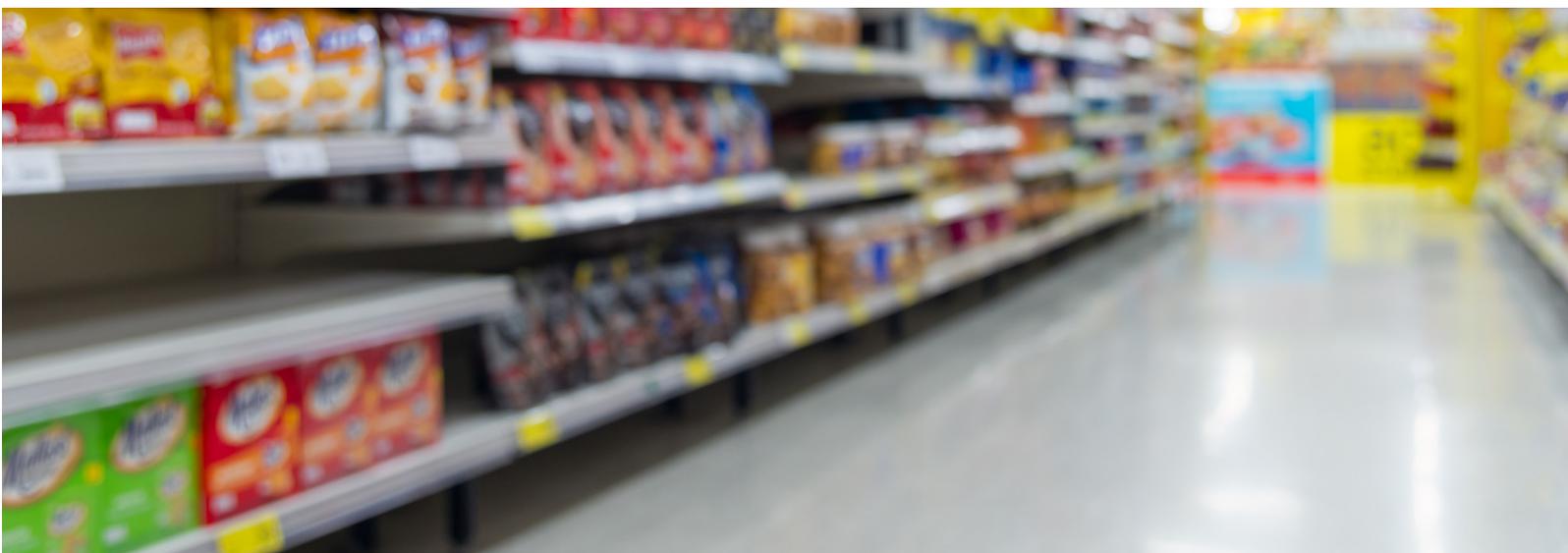


**Indicador de Confiança dos Serviços**



\* SRE – Saldo de respostas extremas

Mais informação:  
[Inquéritos de Conjuntura às Empresas e aos Consumidores – março de 2024](#)

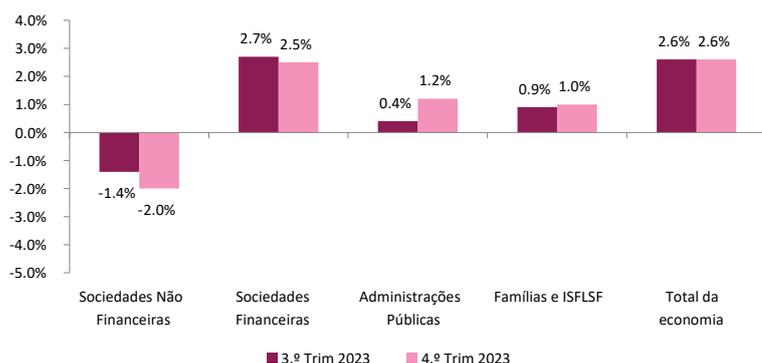


## O saldo externo da economia portuguesa fixou-se em 2,6% do PIB em 2023

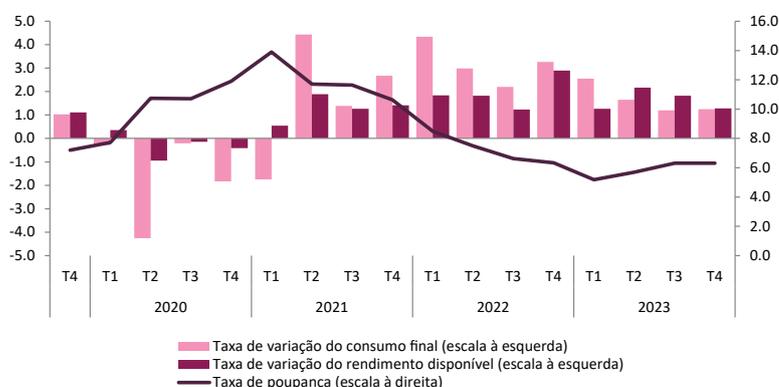
No 4.º trimestre de 2023<sup>1</sup>:

- O saldo da economia portuguesa fixou-se em 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB), como já ocorrera no trimestre anterior, o que representou uma melhoria face a 2022, no qual registou um saldo negativo (-0,4% do PIB);
- O Rendimento Nacional Bruto (RNB) e o Rendimento Disponível Bruto (RDB) aumentaram, respetivamente, 1,5% e 1,3% face ao trimestre anterior (crescimentos de 9,0% e 8,9%, pela mesma ordem, relativamente a 2022);
- A capacidade de financiamento da economia refletiu principalmente o aumento dos saldos das Administrações Públicas e das Sociedades Financeiras, que passaram, respetivamente, de -0,3% e 1,6% do PIB em 2022, para 1,2% e 2,5% em 2023;
- No que respeita às Famílias<sup>2</sup>:
  - » O seu RDB aumentou 1,3% face ao trimestre anterior e 6,7% relativamente a 2022. Este resultado deveu-se essencialmente ao crescimento das remunerações, que foi de 2,5% face ao trimestre anterior e de 10,7% em termos anuais;
  - Em termos reais, o RDB ajustado *per capita* aumentou 0,3% relativamente ao trimestre anterior e 1,1% face a 2022; e
  - » A sua taxa de poupança fixou-se em 6,3% do RDB, o valor que já tinha sido registado em 2022 e no 3.º trimestre de 2023;

Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por sector institucional  
(em % do PIB, ano acabado no trimestre)



Taxa de poupança das Famílias e ISFLSF  
(%; ano acabado no trimestre)



- O saldo das Sociedades Não Financeiras fixou-se em -2,0% do PIB (-0,6 p.p. que no trimestre anterior), influenciado pelo aumento de 2,7% nas remunerações pagas, que mais do que compensou o aumento de 1,9% no Valor Acrescentado Bruto (VAB); Face a 2022, este saldo melhorou em 0,3 p.p. do PIB;
- A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras correspondeu a 2,5% do PIB (-0,2 p.p. que no trimestre anterior);

Em termos anuais, a capacidade de financiamento aumentou em 0,9 p.p. do PIB face a 2022, principalmente devido ao aumento do VAB em 38,2%, refletindo o crescimento da margem de intermediação financeira obtida pelas instituições bancárias na concessão de crédito e na captação de depósitos, devido ao aumento das taxas de juro, em particular sobre os créditos;

- O saldo das Administrações Públicas aumentou 0,8 p.p., fixando-se em 1,2% do PIB (-0,3% em 2022); Considerando os valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre:
  - » O saldo das Administrações Públicas no 4.º trimestre de 2023 atingiu -3 211,7 milhões de euros, correspondendo a -4,7% do PIB, o que compara com -8,5% no 4.º trimestre de 2022;
  - » Face ao mesmo período do ano anterior, verificaram-se aumentos de 8,1% na receita e de 0,4% na despesa.

<sup>1</sup> Salvo indicação em contrário, a informação apresentada refere-se ao ano acabado no trimestre de referência. Na comparação entre trimestres consecutivos, são utilizadas, em regra, taxas de variação em cadeia entre o ano acabado no trimestre em causa e o ano terminado no trimestre precedente. As taxas de variação apresentadas são nominais.

<sup>2</sup> Inclui Famílias e Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias.

## Principais Agregados das Administrações Públicas – 2023

Em 2023, o sector das Administrações Públicas apresentou um saldo positivo (capacidade líquida de financiamento) de 3 194 milhões de euros, correspondente a 1,2% do PIB (-0,3% em 2022). Esta evolução positiva resultou de a receita ter crescido mais do que a despesa.

### Saldos das Administrações Públicas

Unid.: 10<sup>6</sup> Euro

| Código da Operação | Designação da operação                                                                       | 2022        | 2023         |
|--------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|--------------|
| <b>B.9</b>         | <b>Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (Saldo em Contas Nacionais)</b> | <b>-779</b> | <b>3 194</b> |
|                    | Saldo corrente                                                                               | 6 958       | 10 931       |
| B.9-D.41           | Saldo primário                                                                               | 3 885       | 8 945        |

Entre 2022 e 2023, nas Administrações Públicas:

- A receita total registou um aumento de 9,0% (+9 527 milhões de euros);
  - » Foi a receita corrente que mais contribuiu para a variação positiva da receita total, ao apresentar um acréscimo de 8,1% (+8 508 milhões de euros);

Este aumento deveu-se aos crescimentos significativos das suas três grandes componentes, especialmente as contribuições sociais (+10,4%; +3 079 milhões de euros) e os impostos sobre o rendimento e o património (+10,7%; +2 746 milhões de euros);

- » A receita de capital, por sua vez, aumentou 68,9%, em 1 019 milhões de euros, impulsionada pela receita do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)<sup>1</sup>;

### Receitas das Administrações Públicas

Unid.: 10<sup>6</sup> Euro

| Código da Operação | Designação da operação                                  | 2022                |                | 2023 |  | Taxa de variação |
|--------------------|---------------------------------------------------------|---------------------|----------------|------|--|------------------|
|                    |                                                         | 10 <sup>6</sup> EUR |                |      |  | %                |
| OTR                | <b>Receita total</b>                                    | <b>106 094</b>      | <b>115 621</b> |      |  | <b>9,0</b>       |
|                    | <b>Receita corrente</b>                                 | <b>104 615</b>      | <b>113 123</b> |      |  | <b>8,1</b>       |
|                    | da qual                                                 |                     |                |      |  |                  |
| D.2                | Impostos sobre a produção e a importação                | 36 330              | 38 453         |      |  | 5,8              |
| D.61               | Contribuições sociais                                   | 29 641              | 32 720         |      |  | 10,4             |
| D.5                | Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc. | 25 690              | 28 435         |      |  | 10,7             |
| D.9                | <b>Receita de capital</b>                               | <b>1 480</b>        | <b>2 499</b>   |      |  | <b>68,9</b>      |

<sup>1</sup> Tenha-se em conta que esta receita é registada em Contabilidade Nacional no mesmo momento em que ocorre a despesa de capital, garantindo a neutralidade dos fundos europeus no saldo das Administrações Públicas.

- A despesa total cresceu 5,2% (+5 670 milhões de euros), em resultado das seguintes variações nas suas componentes:

» Despesa corrente: +4,6% (+4 536 milhões de euros);

Para o aumento da despesa corrente contribuíram de forma significativa as remunerações dos empregados (+7,6%; +1 962 milhões de euros) e a despesa com juros (+23,3%; +1 019 milhões de euros);

» Despesa de capital: +11,1% (+1 019 milhões de euros);

O acréscimo na despesa de capital decorreu fundamentalmente do aumento da formação bruta de capital (+17,5%), impulsionada pela aplicação dos fundos europeus referentes ao PRR (+1 017 milhões de euros).

#### Despesas das Administrações Públicas

| Código da Operação | Designação da operação                                       | Unid.: 10 <sup>6</sup> Euro |                | Taxa de variação<br>% |
|--------------------|--------------------------------------------------------------|-----------------------------|----------------|-----------------------|
|                    |                                                              | 2022                        | 2023           |                       |
| OTE                | <b>Despesa total</b>                                         | <b>106 874</b>              | <b>112 428</b> | <b>5,2</b>            |
|                    | <b>Despesa corrente</b>                                      | <b>97 656</b>               | <b>102 192</b> | <b>4,6</b>            |
|                    | da qual                                                      |                             |                |                       |
| D.1                | Remunerações dos empregados                                  | 25 825                      | 27 787         | 7,6                   |
| D.62               | Prestações sociais, exceto transferências sociais em espécie | 40 100                      | 41 739         | 4,1                   |
| D.41               | Juros                                                        | 4 664                       | 5 752          | 23,3                  |
| D.9+P.5+NP         | <b>Despesa de capital</b>                                    | <b>9 217</b>                | <b>10 236</b>  | <b>11,1</b>           |



## Procedimento dos Défices Excessivos – 1.ª Notificação de 2024

Em 2023, nas Administrações Públicas (AP):

- O saldo foi positivo, situando-se em 3 193,5 milhões de euros, o que correspondeu a 1,2% do PIB (-0,3% em 2022); e
- A dívida bruta terá diminuído para 99,1% do PIB (112,4% no ano anterior).

O aumento da receita decorreu, essencialmente, da evolução positiva da receita fiscal e contributiva. A despesa corrente aumentou 4,6% e a despesa de capital cresceu 11%.

As despesas das AP em 2023 refletem os efeitos de algumas medidas de política pública associadas à mitigação dos efeitos dos elevados preços de diversos bens e serviços (nomeadamente bens energéticos, em consequência do designado choque geopolítico, embora em grau inferior ao observado no ano anterior).

De entre as diversas medidas implementadas em 2023, destacam-se as seguintes:

- Apoio extraordinário a famílias mais vulneráveis;
- Complemento ao apoio extraordinário para crianças e jovens;
- Comparticipação pública nacional de fundos europeus no apoio a sectores de produção agrícola e das pescas;
- Despesas com pessoal, em particular a valorização dos rendimentos e carreiras dos trabalhadores em funções públicas;
- Encargos com pensões enquadradas no regime geral de Segurança Social e no regime de proteção social convergente da Caixa Geral de Aposentações (CGA), refletindo o encargo associado à atualização automática e intercalar de pensões, bem como o aumento dos encargos associados à generalidade das prestações sociais suportadas pela Segurança Social; e
- Alocação adicional de verbas ao Sistema Elétrico Nacional (SEN) para redução das tarifas de eletricidade (200 milhões de euros), que está incluído no “Ajustamento accrual e delimitação sectorial em Contas Nacionais – Serviços e Fundos Autónomos”, por corresponder a um encargo assumido no ano, mas que se encontra por pagar.

### Passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional

|                                                                  | Unid.: 10 <sup>6</sup> Euro |                |
|------------------------------------------------------------------|-----------------------------|----------------|
|                                                                  | 2022                        | 2023           |
| <b>Saldo em contabilidade pública</b>                            | <b>- 3 599,1</b>            | <b>6 218,6</b> |
| Ajustamento accrual e delimitação sectorial em Contas Nacionais: |                             |                |
| Caixa Geral de Aposentações (CGA)                                | -88,1                       | -2 955,5       |
| Serviços e Fundos Autónomos                                      | 257,0                       | 43,6           |
| Entidades Públicas classificadas no sector das AP                | 3 212,3                     | 2 715,6        |
| Diferença entre juros pagos e devidos                            | 1 136,3                     | 742,1          |
| Outros valores a receber:                                        |                             |                |
| Ajust. temporal de impostos e contribuições                      | 648,8                       | -379,2         |
| Outros                                                           | -93,9                       | 189,3          |
| Outros valores a pagar:                                          |                             |                |
| Encargos assumidos e não pagos                                   | -103,0                      | -153,0         |
| Outros                                                           | -16,8                       | -187,9         |
| Outros ajustamentos:                                             |                             |                |
| Injeções de capital e assunções de dívidas                       | -3 902,5                    | -3 256,6       |
| Outros                                                           | 1 769,7                     | 216,4          |
| <b>Saldo em contabilidade nacional</b>                           | <b>-779,1</b>               | <b>3 193,5</b> |



INE 2023